

RENDA E PRODUTIVIDADE NAS DUAS ÚLTIMAS DÉCADAS

SÉRIE PANORAMA BRASIL



Ana Carla Abrão
Marcos Lisboa
Vínicius Carrasco

Coordenação técnica

Ana Carla Abrão, Oliver Wyman

Marcos Lisboa, Insper

Vinicius Carrasco, Departamento de Economia da Universidade Pontifícia Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e Stone Co.*

*Vinicius participou dos artigos Panorama Brasil como professor pesquisador da PUC-Rio, se juntando à Stone Co. ao final do projeto.

Coordenação geral

Gabriela Bertol, Oliver Wyman

Autor

Flávio Machado, Insper

Time Panorama Brasil

Carolina Ferraresi, Marina Gontijo, Priscila Matuda,
Rafael Thosi, Rodrigo Morelli e Simone Pai

Este relatório faz parte da série **PANORAMA BRASIL**, que contém uma coleção de dados e evidências empíricas para o diagnóstico dos desafios para o futuro do Brasil. Este documento contou com a colaboração de diversas pessoas da Oliver Wyman. Em particular, gostaríamos de agradecer ao time de design, Mark Angel, Nicole Priese, Karin Löffler, Anna Lach, Julia Kusiak; e a Jung Kim pelo suporte ao longo de todo processo.

A Oliver Wyman e o Insper não se responsabilizam perante terceiros em relação a este relatório ou quaisquer ações ou decisões tomadas em consequência dos resultados, recomendações ou conselhos aqui expressos.

As informações fornecidas por terceiros, sobre as quais o inteiro teor deste relatório ou parte dele estão baseados, são consideradas confiáveis, porém não foram verificadas de forma independente, salvo indicação expressa em contrário. Nenhuma garantia é dada quanto à precisão de tais informações. Informações públicas e dados da indústria e estatísticas são de fontes que a Oliver Wyman e o Insper julgam serem idôneas, no entanto, a Oliver Wyman e o Insper não prestam qualquer declaração quanto à exatidão ou completude dessas informações e aceitaram essas informações sem realizar verificação adicional. Os resultados contidos neste relatório podem conter previsões baseadas em dados atuais e tendências históricas. Todas essas previsões estão sujeitas a riscos e incertezas inerentes. A Oliver Wyman e o Insper não se responsabilizam pelos resultados efetivos ou eventos futuros.

As opiniões contidas neste relatório são válidas apenas para os fins aqui indicados e na data deste relatório. Nenhuma obrigação é assumida no sentido de revisar este relatório a fim de refletir as mudanças, eventos ou condições que vierem a ocorrer após a presente data.

SUMÁRIO EXECUTIVO	1
EVOLUÇÃO DA RENDA E DE SUA DISTRIBUIÇÃO	3
EVOLUÇÃO DO PIB POR TRABALHADOR	8
MUDANÇAS NO PERFIL DEMOGRÁFICO	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
APÊNDICE:	33
NOTAS METODOLÓGICAS	33
NOTAS	35
BIBLIOGRAFIA	38

CONTEÚDO

Este artigo analisa a evolução dos principais indicadores relacionados a renda e produtividade nas duas últimas décadas, resumindo os fatores que trouxeram o Brasil à situação atual. O documento lança as bases para a série **PANORAMA BRASIL** cujo objetivo é colaborar com o diagnóstico e apoiar o debate necessário para que o país entre numa trajetória sustentável de crescimento com melhor distribuição de renda.

O Brasil passou por várias transformações desde 1994, como a estabilidade dos preços e a redução da pobreza e da desigualdade de renda. Vários dos avanços econômicos e sociais ocorreram em linha com a tendência observada em outros países e não foram um fenômeno exclusivamente brasileiro.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Entre 1994 e 2015, conseguimos reduzir de 16,5% para 4,3% o percentual da população vivendo em extrema pobreza, retirando mais de 17 milhões da miséria. A significativa diminuição dos índices de pobreza foi um fenômeno mundial: os Emergentes retiraram 30% da população da pobreza extrema, passando de 33% em 1997 para 3,4% em 2013.

Obtivemos um grande avanço relativo em nossa distribuição de renda, liderando os ganhos comparando com mercados emergentes e países da América Latina e Caribe (ALC) entre 1997 e 2012. Apesar de permanecermos entre as três economias mais desiguais do mundo - com base nos últimos dados comparativos disponíveis do índice de Gini calculado pelo Banco Mundial -, diminuímos a nossa desigualdade de renda tanto em termos absolutos quanto relativos.

O avanço nos indicadores sociais não se reproduziu com a mesma magnitude nos indicadores econômicos. Entre 1994 e 2016, aumentamos a distância em relação tanto a países desenvolvidos quanto a nossos pares. Enquanto o Brasil expandiu em 31% seu PIB per capita, a ALC cresceu 37% e outros mercados emergentes mais que dobraram sua renda per capita, crescendo 152% no mesmo período. As economias desenvolvidas da OCDE e os EUA exibiram um crescimento de 42% e 46%, respectivamente.

Entre 1994 e 2011, o crescimento econômico acompanhou a região e países desenvolvidos. Em particular, crescemos a uma taxa anual média de apenas 0,3 pontos percentuais acima da observada nos outros países da América Latina e Caribe. Em 2012, o país começa a dar sinais de estagnação e reverter parte dos ganhos, principalmente a partir de 2015, quando fica evidente o descolamento da tendência de crescimento dos outros países.

A literatura acadêmica aponta a taxa de crescimento da produtividade como uma das principais causas para esse reduzido desempenho. Estagnada há décadas, a produtividade no Brasil não cresce por motivos conhecidos como qualidade da educação, infraestrutura, ambiente de negócios e abertura comercial, fatores em que apresentamos uma grande defasagem em relação aos países desenvolvidos e a muitos de nossos pares.

Em relação à educação, a escolaridade média da população dobrou desde 1990, passando de quatro anos para oito em 2016. Esse aumento nos anos de estudo não se refletiu nos indicadores de qualidade. Em 2000, ano inaugural do Programa Internacional de Avaliação Escolar (PISA) da OECD, fomos os últimos colocados de uma amostra de 43 países. Em 2015, tivemos uma melhora relativa, mas, ainda assim, ficamos em 60º lugar entre 67 países.

Talvez a expectativa de vida seja nosso avanço de maior destaque. Tivemos um salto equivalente a 21 anos entre 1960 e 2015. Considerando apenas as décadas recentes, no período entre 1994 e 2015, a expectativa de vida no país foi ampliada em 8 anos, superando tanto EUA (3 anos) e OCDE (5 anos) como América Latina e Caribe (5 anos) e Emergentes (6 anos). Todavia, nosso maior avanço também contribui para o envelhecimento populacional, fenômeno demográfico que trará grandes desafios à economia e ao equilíbrio das contas públicas.

Apesar de termos obtidos avanços, fica claro que a evolução de nossos indicadores econômicos foi aquém do que poderia ter sido quando comparamos com a de outros países. Uma nação mais rica e produtiva não apenas pode conferir à população um maior poder aquisitivo de bens e serviços, mas também ampliar a capacidade do governo de garantir benefícios sociais, financiar programas para o combate da pobreza e desigualdade, e prover melhores serviços públicos. Todavia, garantir um crescimento econômico sustentado não é um empreendimento trivial, e o Brasil falhou nessa tarefa nas últimas duas décadas.

Há muito a se fazer, portanto. Para mudarmos esse quadro, há que se buscar reformas estruturais em diversos campos. É esse o debate que inauguramos aqui e que será aprofundado nos relatórios subsequentes da série Panorama Brasil.

Para aumentarmos a produtividade da economia brasileira e avançarmos na direção de um país menos desigual, precisamos buscar um caminho diferente daquele que trilhamos até aqui. E isso só se consegue com políticas públicas que alterem o funcionamento da economia brasileira nas mais diferentes dimensões e estimule o uso mais racional e eficiente dos recursos disponíveis.

O Brasil passou por várias transformações nas últimas duas décadas. O progresso econômico e social retirou mais de 35 milhões de pessoas da pobreza, e a desigualdade de renda diminuiu significativamente. A população do país se tornou mais escolarizada, passou a viver por mais tempo, e as taxas de inflação ficaram relativamente baixas e estáveis depois de mais de uma década de valores anuais que chegavam regularmente a três ou quatro dígitos (Figura 1).

EVOLUÇÃO DA RENDA E DE SUA DISTRIBUIÇÃO

Isso, no entanto, é apenas parte de um cenário mais amplo. Os avanços citados não foram um fenômeno exclusivamente brasileiro, e a comparação com outras economias revela que a evolução de nossos indicadores econômicos foi aquém do que poderia ter sido.

Comparando o Brasil tanto com nações desenvolvidas quanto com seus pares da América Latina e Caribe e outros mercados emergentes, percebe-se que o país cresceu relativamente pouco nas duas últimas décadas e menos do que muitos de seus pares.¹

Entre 1994 e 2016, o Brasil exibiu o menor crescimento econômico dentre as economias comparadas, um acumulado de 31% , ou uma média anual de 1,2% (Figura 2).² No mesmo período, o agregado de países da América Latina e Caribe (ALC) cresceu 37% (1,5% ao ano), o conjunto de economias da OCDE, 42% (1,6% ao ano), Estados Unidos (EUA), 46% (1,7% ao ano) e o grupo dos mercados emergentes, os grandes campeões, cresceu um acumulado de 152%, com uma média anual de 4,3%. Vale lembrar que EUA e Europa sofreram a pior crise econômica desde 1929 no período. Em relação aos Emergentes, mesmo retirando a China da amostra, o crescimento dos outros países do grupo se mantém em 3% ao ano ou um acumulado de 93% no período, quase 3 vezes mais que o observado no Brasil.

Figura 1: Evolução de Indicadores Econômicos e Sociais no Brasil

	Valor inicial	Varição	Último disponível		Valor inicial	Varição	Último disponível
PIB per capita US\$ de 2016, PPP 	11.401 1994	31%	14.985 2016	Pobreza: pessoas vivendo com até US\$5,50 por dia US\$ de 2011, PPP 	81,3 Mi 1994	-44%	45,5 Mi 2015
Índice de mortalidade infantil A cada 1000 nascidos vivos 	44,3 1994	-68%	14 2015	Pobreza extrema: pessoas vivendo com até US\$1,90 por dia US\$ de 2011, PPP 	26,3 Mi 1994	-66%	8,9 Mi 2015
Expectativa de vida 	67 anos 1994	12%	75 anos 2015	Desigualdade de renda Índice de Gini 	59,9 1994	-14%	51,3 2015
% da população com acesso a saneamento melhorado 	70% 1994	18%	82,8% 2015	Salário mínimo mensal Dezembro; em R\$ de 2018 	R\$ 344 1994	173%	R\$ 939 2017
Índice de alfabetização 	86% 2000	6%	92% 2014	Inflação anual IPCA 	916% 1994	-99%	3% 2017
Média de anos de escolaridade Idade de 25 anos ou mais 	4 1990	98%	8 2016	Taxa básica de juros anual Selic; dezembro 	23,9% 1996	-71%	6,9% 2017

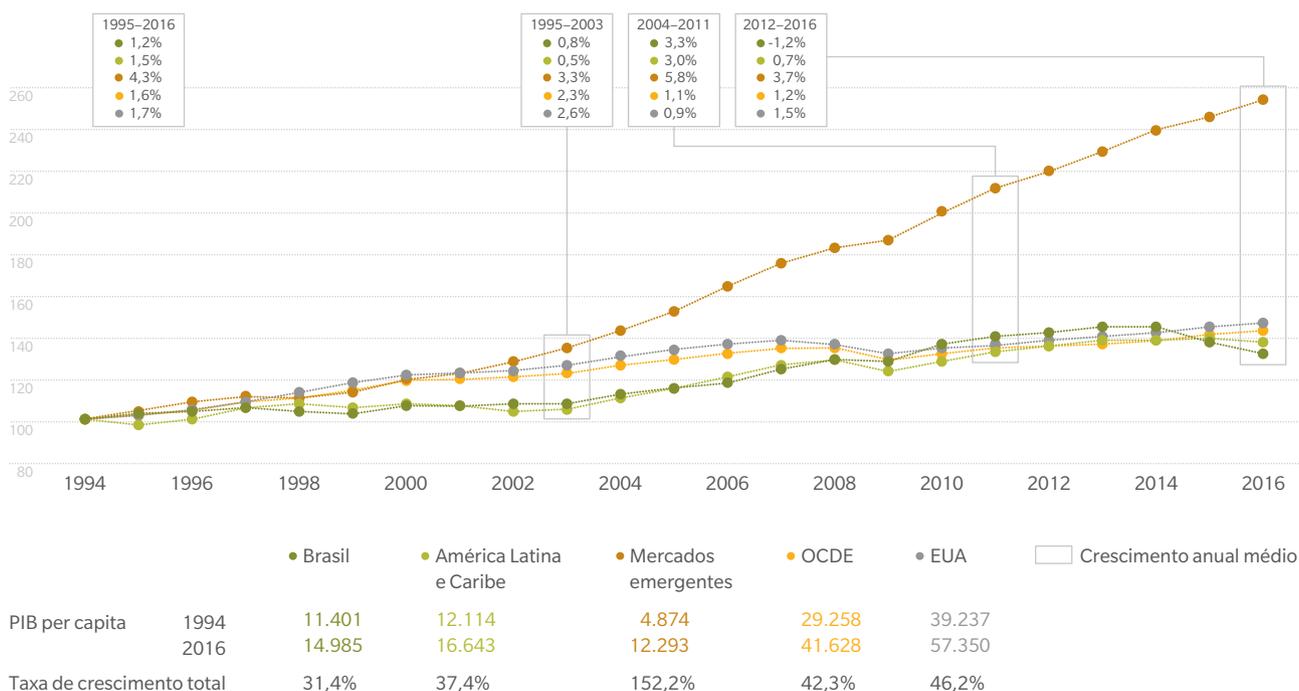
Nota: PPP significa Paridade do Poder de Compra, que permite comparar indicadores de países com diferentes níveis de preços.

Fonte: Banco Central do Brasil; World Development Indicators, Banco Mundial; Total Economy Database (TED), The Conference Board; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Comparando apenas com ALC, no período 1995–2011, a taxa de crescimento do Brasil acompanhou a da região, sendo apenas 0,3 pontos percentuais acima da média desses países. Surpreendentemente, essa diferença se mantém tanto no subperíodo de menor crescimento, 1995–2003, quanto 2004–2011, quando crescemos uma média de 3,3% ao ano. Isso significa que mesmo no subperíodo de melhor performance da economia brasileira, o desempenho do país parece apenas seguir a tendência da região. A partir de 2012, a performance do Brasil parece descolar dessa tendência, porém de forma negativa. Enquanto a região expandiu 3,7%, a economia brasileira retraiu 6% no período. Com isso, a renda por habitante do país recuou a um nível inferior ao de 2010, enquanto outros países continuaram crescendo.

Como resultado, o Brasil permaneceu uma nação de renda média e muito aquém dos países desenvolvidos. Registrou um PIB per capita de aproximadamente 15 mil dólares anuais em 2016, o equivalente a apenas 26% do norte-americano (57 mil dólares anuais) – em 1994, esse número correspondia a 29%. Em termos relativos, o país regrediu.

Figura 2: PIB Per Capita
Índice: 1994 = 100



Nota: PIB em US\$ de 2016, ajustado pela PPP. O índice 1994 = 100 significa que o valor da renda per capita em 1994 de cada economia foi normalizado para 100. Isso facilita a visualização das trajetórias de crescimento. Por exemplo, um valor de 150 corresponde a uma renda per capita 50% acima de seu valor no ano base de 1994.

Fonte: Total Economy Database, The Conference Board. Análise Oliver Wyman.

Se o Brasil mantiver no futuro uma taxa de crescimento econômico igual à sua média das últimas duas décadas (aproximadamente 1,2% ao ano), ele levará 31 anos para alcançar o nível de 2016 da renda per capita do Uruguai (US\$ 21.902), 38 anos para atingir o do Chile (US\$ 23.915) e um pouco mais de 1 século para se equiparar ao dos Estados Unidos.

Olhando para os índices de pobreza e de distribuição de renda, o país alcançou avanços notáveis em 20 anos, mesmo que, assim como no crescimento da renda, não tenha obtido destaque em comparação a seus pares.³ A significativa melhora nos indicadores de distribuição de renda nas últimas décadas não constituiu um fenômeno exclusivamente brasileiro, mas, sim, uma tendência internacional.

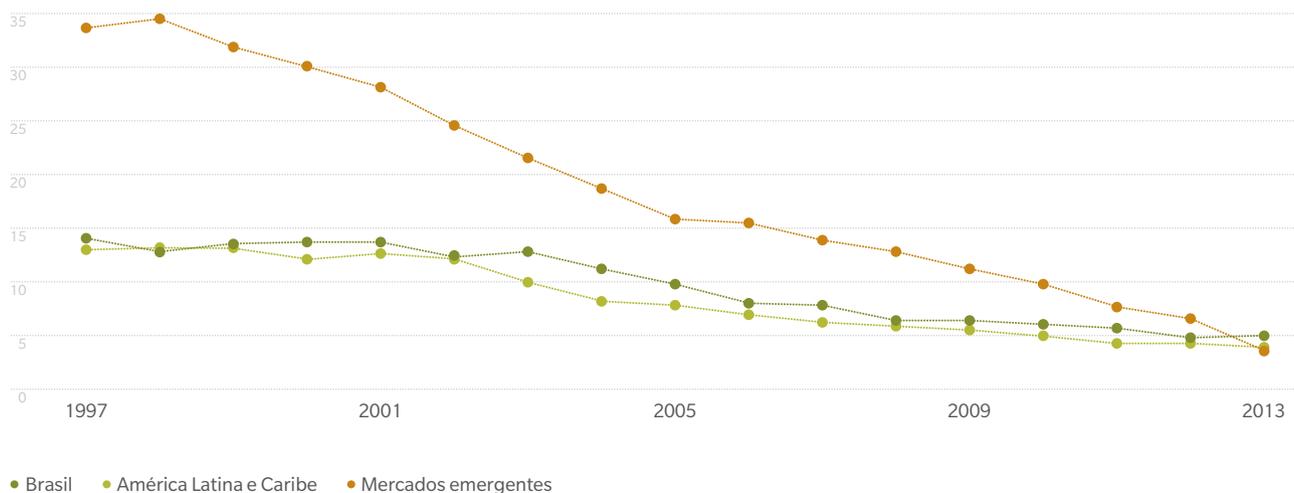
Em 1994, 16,5% dos brasileiros estavam abaixo da linha da pobreza extrema.⁴ Em 2015, esse número regrediu para 4,3%. Nesse período, o país retirou mais de 17 das 26 milhões de pessoas que viviam em extrema pobreza. No resto do mundo, Emergentes, puxados pela China, exibiram um progresso ainda maior. Partem de uma posição bem inferior à brasileira em 1997, com cerca de 33% da população miserável, e chegam em 2013 com apenas 3,4% (Figura 3a). A China, sozinha, retirou quase 500 milhões de pessoas da extrema miséria nesse período. Em 1994, mais da metade da população chinesa (52%) vivia abaixo da linha de extrema pobreza. Em 2013, esse número havia se reduzido para 1,9%.

Em relação à distribuição de renda, dentre todos os países do mundo com dado disponível, o Brasil ficou na terceira pior colocação em 1997, com um índice de Gini de 59,8, valor que destoa de seus pares.⁵ No mesmo ano, ALC e Emergentes registraram um índice de 51,7 e 41,5, respectivamente. Desde então, o país conseguiu reduzir sua desigualdade, chegando a um índice de Gini de 52,7 em 2012 e a 51,3 em 2015 (ano mais recente disponível).

Esses números deixaram o país um pouco mais próximo dos demais, contudo a melhora, mais uma vez, foi uma tendência internacional (Figura 3b). A região da América Latina e Caribe também exibiu uma significativa queda em seu nível de desigualdade, alcançando um índice de 47,9 em 2012, uma redução de quase 4 pontos. O progresso nos Emergentes foi menos expressivo, 1,3 ponto entre 1997 e 2012, contudo ainda apresentavam uma desigualdade de renda inferior à do Brasil e da ALC.

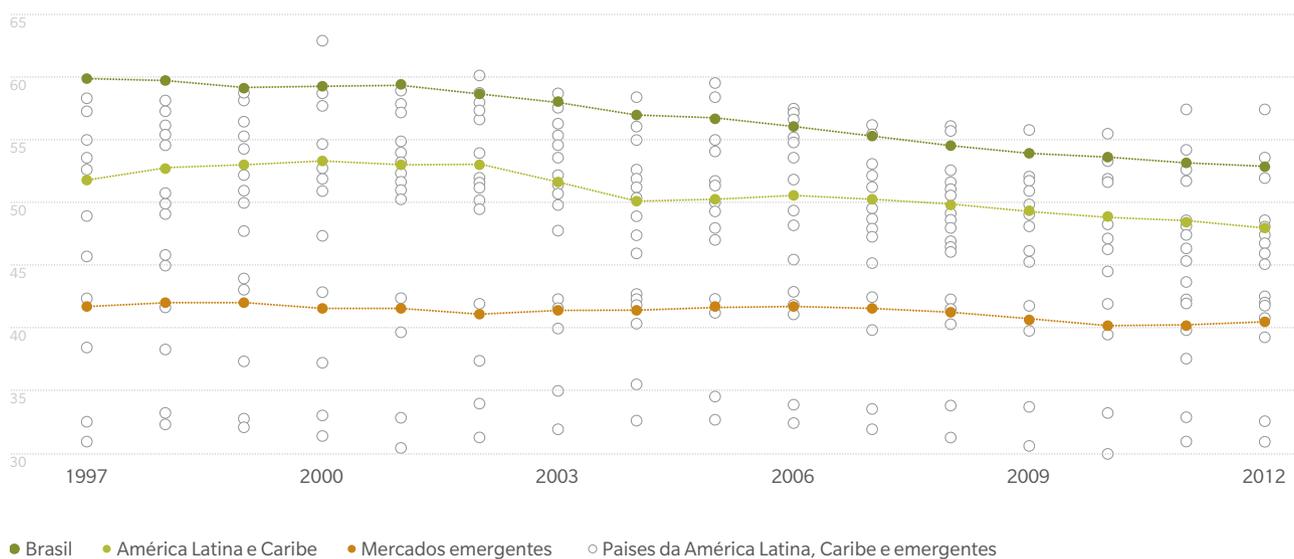
Apesar da melhora relativa, o país ainda figura entre os mais desiguais do mundo. Nos últimos anos disponíveis (2012–2015), situou-se sempre entre as três nações com maior índice de Gini na amostra do Banco Mundial. Em 2016, o rendimento médio de um brasileiro pertencente ao grupo dos 1% mais ricos era de R\$ 27.085, o equivalente a 36 vezes a renda média da metade mais pobre do país, de R\$ 747.⁶

Figura 3a: Extrema pobreza
% da população



Nota: A linha de pobreza extrema é definida em US\$1,90 por dia (US\$ de 2011, PPP). Para contornar o problema de informações faltantes, os dados foram interpolados para janelas de até dois anos.
Fonte: World Development Indicators, Banco Mundial. Análise Oliver Wyman.

Figura 3b: Desigualdade de renda
Índice de Gini



Nota: O índice de Gini varia de 0 a 100. Uma redução no valor desse índice representa uma diminuição da desigualdade de renda. Para contornar o problema de informações faltantes, os dados foram interpolados para janelas de até dois anos.
Fonte: World Development Indicators, Banco Mundial. Análise Oliver Wyman.

A renda per capita de um país é determinada por duas variáveis: a produção média por trabalhador e a fração de pessoas que trabalham nessa economia. A primeira variável é o tema de análise desta seção, enquanto a segunda possui relação direta com o perfil demográfico, tópico que será objeto da próxima seção.

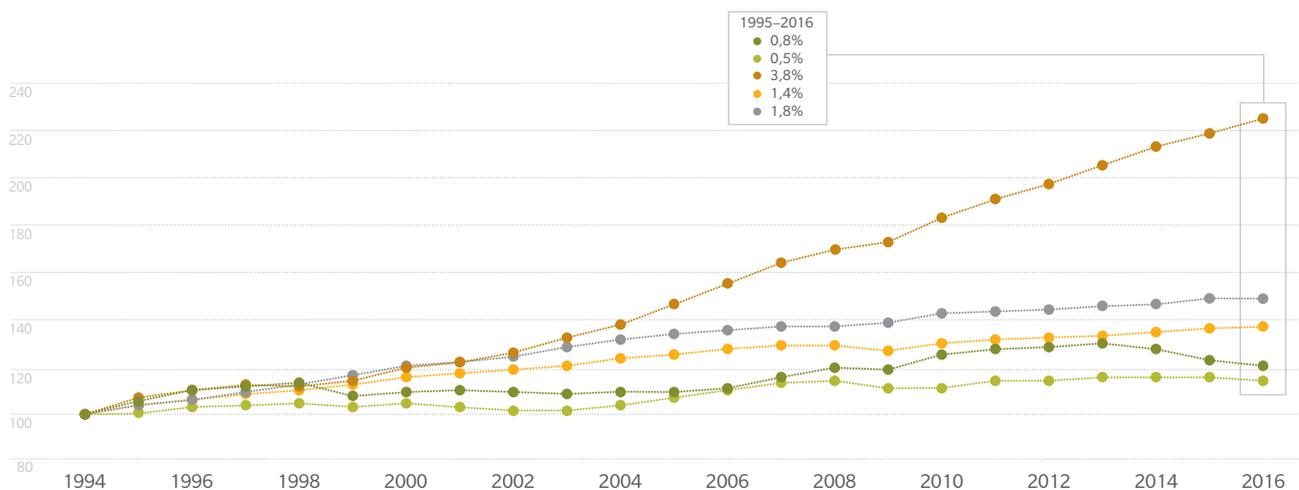
EVOLUÇÃO DO PIB POR TRABALHADOR

Nas últimas duas décadas, o Brasil pouco avançou em sua produção por trabalhador. Esse indicador cresceu no acumulado somente 19% (média de 0,8% ao ano), contrastando com 127% (3,8% ao ano) nos Emergentes, 35% (1,5% ao ano) na OCDE e 48% (1,8% ao ano) nos EUA. O Brasil superou apenas a média dos países latinos e caribenhos, que foi de 12% ou 0,5% ao ano no período (Figura 4).

Ao final dos anos 1990, o PIB por trabalhador no Brasil entra em um longo período de estagnação, somente demonstrando sinais de recuperação quase uma década depois. Estagnação de duração semelhante foi observada na América Latina e Caribe a partir de meados dos anos 1990. Enquanto os países desenvolvidos (EUA e OCDE) desaceleraram a partir de meados da década de 2000, o Brasil apresentou uma retomada em seu nível de produção por trabalhador. Contudo essa tendência não perdurou, sendo revertida no início da década de 2010, inclusive com taxas negativas de crescimento nos últimos anos. Enquanto isso, o PIB por pessoa empregada dos Emergentes continuou crescendo a taxas elevadas e o dos EUA e OCDE, embora com taxas modestas de crescimento, também se manteve em expansão.

Como consequência, a produção por trabalhador no Brasil permaneceu relativamente baixa nas últimas duas décadas, aprofundando a diferença em relação aos países desenvolvidos. Em 1994, o produto por trabalhador brasileiro era cerca de 25 mil dólares, o equivalente a 31% do americano, de 82 mil dólares. Em 2016, esse indicador

Figura 4: PIB por Trabalhador
Índice: 1994 = 100



	Brasil	América Latina e Caribe	Mercados emergentes	OCDE	EUA	Crescimento anual médio
PIB per capita						
1994	25.341	33.344	11.774	66.050	81.865	
2016	30.065	37.372	26.742	89.430	121.260	
Taxa de crescimento total	18,6%	12,1%	127,1%	35,4%	48,1%	

Nota: PIB em US\$ de 2016, ajustado pela PPP.

Fonte: Total Economy Database, The Conference Board. Análise Oliver Wyman.

passou para aproximadamente 30 mil dólares, o correspondente a 25% do americano, que se elevou para 121 mil dólares (Figura 5). Realizando a mesma análise comparativa com a OCDE, o PIB por pessoa empregada no Brasil caiu de 38% em 1994 para 34% em 2016.

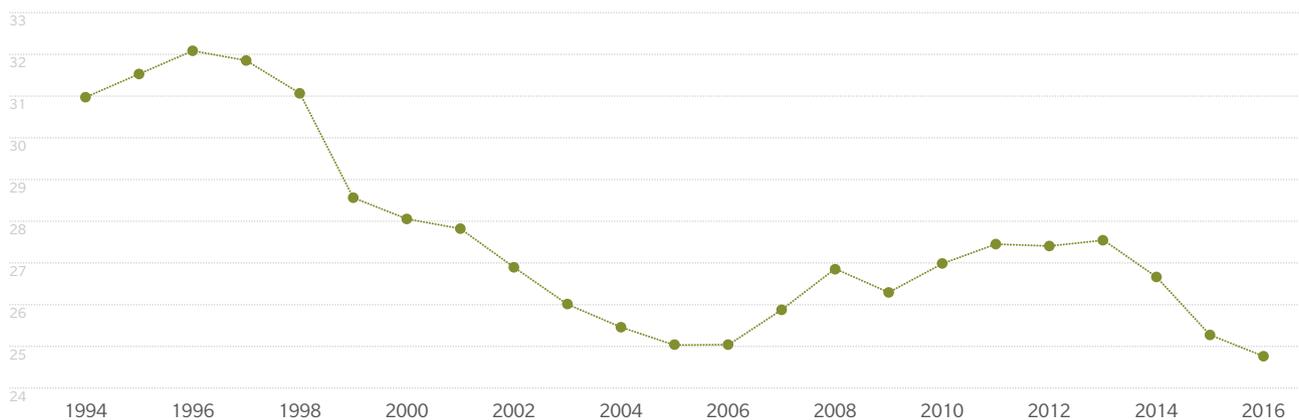
DECOMPONDO O PIB POR TRABALHADOR

O produto por trabalhador pode ser decomposto em três componentes: capital físico (por trabalhador), capital humano e a produtividade total dos fatores (PTF) ou, simplesmente, produtividade.

O capital físico diz respeito a equipamentos, máquinas, edifícios e todo recurso físico que os trabalhadores empregam direta ou indiretamente para a produção de bens e serviços. Ele é medido usualmente (e no contexto deste artigo) pelo valor total em dólares de todos os recursos físicos existentes no país.

O capital humano pode ser interpretado como a qualificação dos trabalhadores. Tem como seus principais determinantes o grau de escolaridade e qualidade da educação. Pessoas com maior nível educacional tendem a ser mais produtivas e mais capazes de utilizar o capital físico disponível.

Figura 5: Razão do PIB por trabalhador entre Brasil e Estados Unidos
Em %



Nota: PIB por trabalhador em US\$ de 2016, ajustado pela PPP.
Fonte: Total Economy Database, The Conference Board.

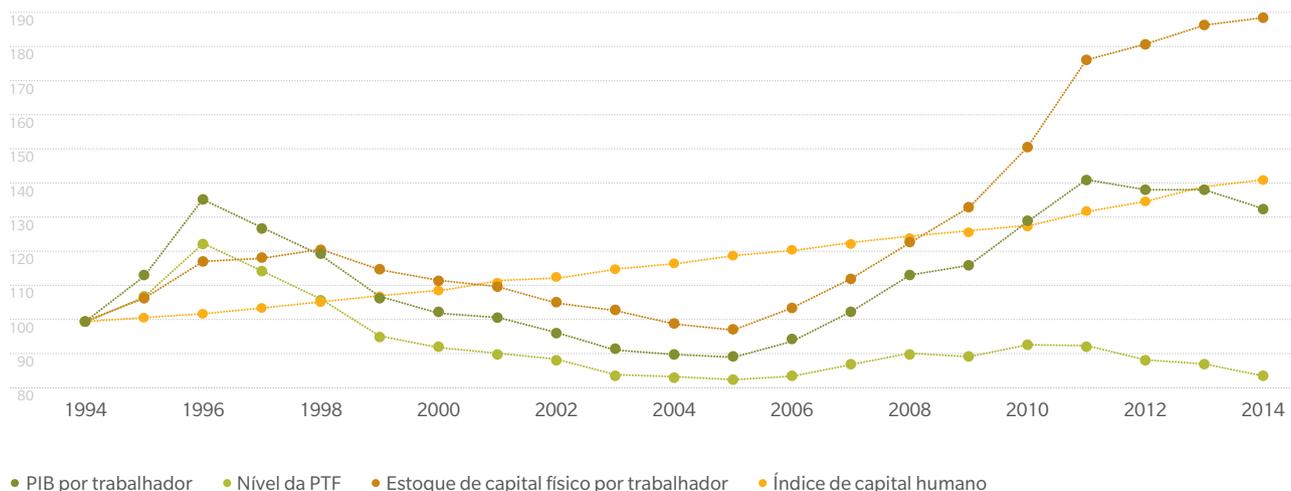
Por fim, a produtividade total dos fatores (PTF) refere-se a fatores tangíveis e intangíveis que afetam o nível de produção, mas que não estão contemplados pelo capital físico ou humano. Um aumento na PTF significa que, para um mesmo nível de capital físico e humano, a produção por trabalhador será maior. Ou seja, ela é uma medida de quão bem estão sendo utilizados os insumos da economia e, por conseguinte, também pode ser interpretada como a eficiência produtiva.

A **Figura 6** traça a evolução relativa de cada um dos componentes de 1994 a 2014. Enquanto o capital físico por trabalhador e o capital humano cresceram no acumulado mais do que os dos EUA, a economia considerada referência em produtividade, a PTF decaiu durante quase todo o período. Em particular, do final da década de 1990 até meados dos anos 2000, tanto a PTF quanto o capital físico se reduziram em comparação com o observado na economia americana. Entretanto, enquanto o capital físico apresentou forte recuperação nos anos seguintes – principalmente até o início da década de 2010 –, a PTF manteve-se praticamente estagnada.

CAPITAL FÍSICO

Comparando cada um dos componentes, o estoque de capital por trabalhador no Brasil avançou de 19% em relação ao americano em 1994 para 36% em 2014.

Figura 6: Componentes do PIB por Trabalhador
Brasil em relação aos EUA, Índice: 1994 = 100



Nota: Este indicador mede a evolução da razão entre o respectivo indicador brasileiro e o americano em relação à razão observada em 1994, através da seguinte fórmula: $100 \times (\text{Brasil} / \text{EUA}) / (\text{Brasil em 1994} / \text{EUA em 1994})$. PIB, estoque de capital, e TFP estão em US\$ e ajustados pela PPP corrente.
Fonte: Penn World Table 9.0; Total Economy Database, The Conference Board. Análise Oliver Wyman.

Com isso, ultrapassou o índice da América Latina e Caribe e reduziu ligeiramente sua diferença em relação à OCDE. A ampliação desse indicador, todavia, pouco se reverteu em aumento do produto por trabalhador. Investimentos em capital (físico ou humano), por si só, não garantem uma elevação da produção, eles dependem da evolução da produtividade (PTF).

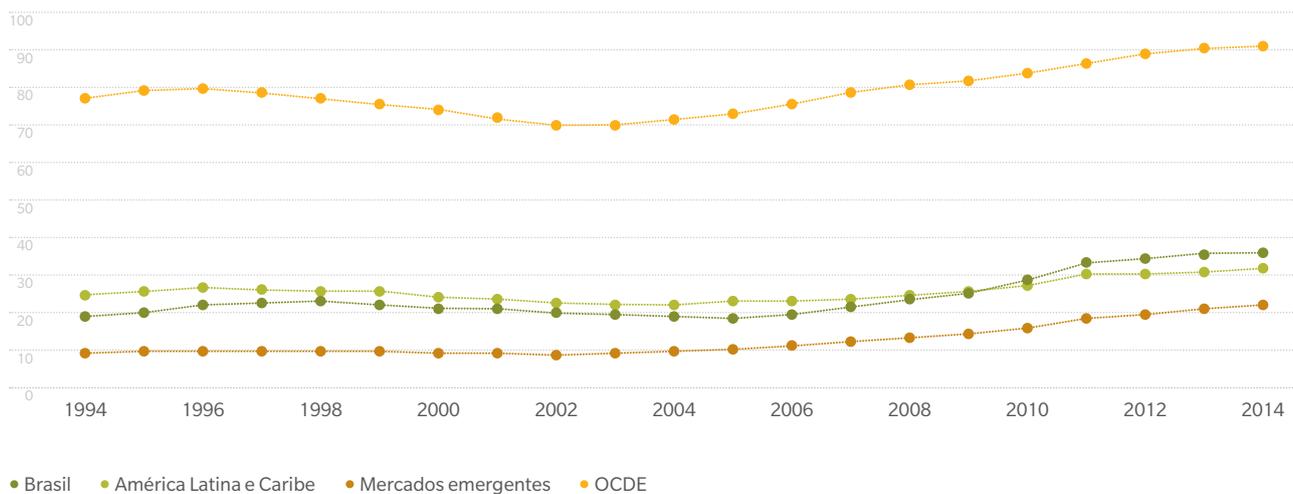
Quanto aos Emergentes, apesar de possuírem um estoque de capital físico por trabalhador ainda bastante inferior ao brasileiro, foram os que mais evoluíram proporcionalmente em relação aos EUA, passando de aproximadamente 10% do estoque verificado nos EUA para 23%, uma variação de 130% (Figura 7).

INFRAESTRUTURA

Embora tenha elevado seu estoque de capital físico por trabalhador como um todo, o Brasil ainda é muito deficiente em infraestrutura. Esta é frequentemente apontada por especialistas como um dos principais gargalos para o desenvolvimento econômico do país. Uma infraestrutura bem desenvolvida conecta os agentes econômicos, promove a integração dos mercados, reduz custos de transação e facilita o fluxo da informação. Desse modo, seu impacto é muito mais amplo do que o de um típico capital físico, produzindo efeitos indiretos tanto sobre o capital humano quanto sobre a PTF.⁷

Figura 7: Estoque de Capital por Trabalhador

Índice: EUA = 100



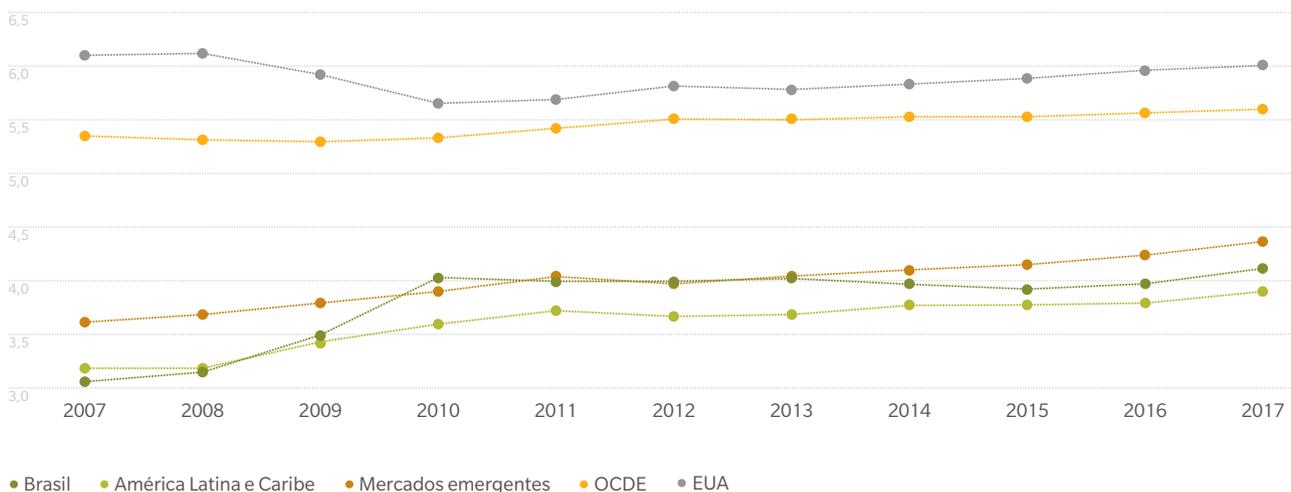
Nota: Estoque de capital em US\$, ajustado pela PPP corrente.

Fonte: Penn World Table 9.0; Total Economy Database, The Conference Board. Análise Oliver Wyman.

A qualidade da infraestrutura brasileira está estagnada desde 2010. Nos anos que se seguiram, ela foi superada pela dos Emergentes e sua distância em relação a das economias desenvolvidas aumentou (Figura 8).⁸ Em 2017, o Brasil ocupava o 73º lugar dentre 137 países analisados quanto à qualidade de sua infraestrutura, ficando muito aquém de países pares como Chile (41ª colocação), Uruguai (45ª) e Turquia (53ª).

A estagnação é consequência do baixo nível de investimento realizado. No período 2001–2014, o investimento total em infraestrutura no país foi de R\$ 967 bilhões, sendo a média anual de aproximadamente 2% do PIB. Todavia, estima-se que o investimento total na área para manter a infraestrutura atual seria da ordem de 3% do PIB, e, para levar os serviços básicos à toda a população, seria necessário mais do que 5% do PIB.

Figura 8: Índice de qualidade da infraestrutura
Melhor avaliação = 7



Índice de qualidade da infraestrutura, 2017	Posição
Hong Kong	1
Singapura	2
Japão	4
França	7
EUA	9
Alemanha	10
Reino Unido	11
Rússia	35
Chile	41
Uruguai	45
China	46
Turquia	53
México	62
Índia	66
Brasil	73
Vietnã	79
Colômbia	87

Componentes do índice de qualidade da infraestrutura, 2017	Posição do Brasil
Qualidade geral da infraestrutura	108
Qualidade da infraestrutura portuária	106
Qualidade das rodovias	103
Qualidade da infraestrutura do transporte aéreo	95
Qualidade da infraestrutura ferroviária	88
Qualidade do fornecimento de energia elétrica	84
Assinaturas de telefonia móvel (como % da população)	65
Linhas de telefone fixo (como % da população)	49
Capacidade do transporte aéreo de passageiros (assentos * distância)	13

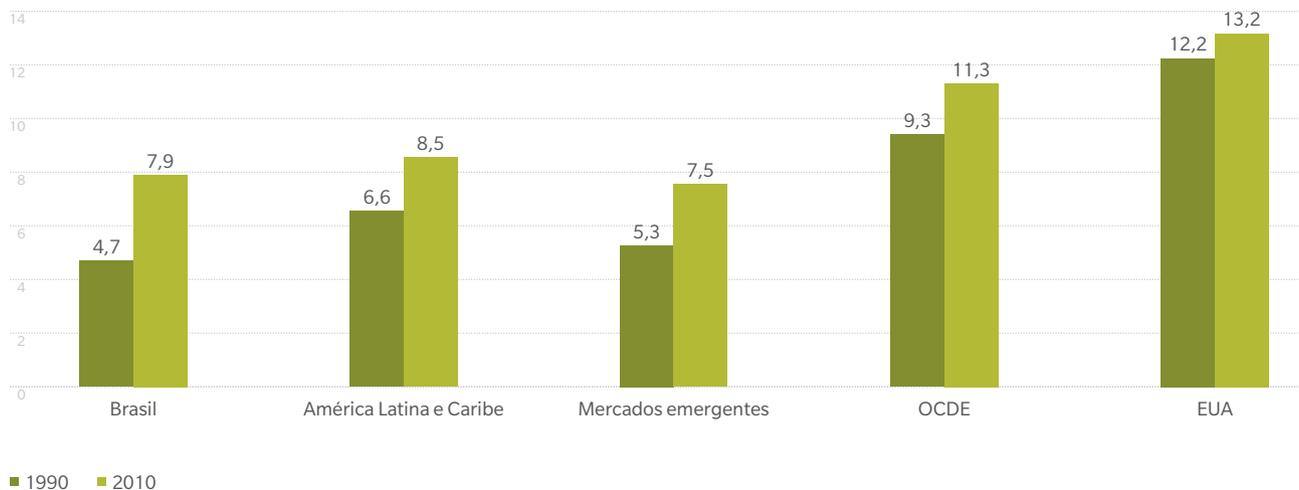
Fonte: Global Competitiveness Index (GCI), World Economic Forum. Análise Oliver Wyman.

Tal defasagem é pouco propícia a uma recuperação econômica, sobretudo diante do elevado impacto da infraestrutura sobre o nível de produção. Estudos calcularam que um acréscimo de investimento público em transporte de R\$ 135,2 milhões elevaria o PIB em R\$ 550,6 milhões no curto prazo e R\$ 1.468,3 milhões no longo prazo, o equivalente, respectivamente, a 4 e 11 vezes o valor do investimento inicial em infraestrutura.⁹

CAPITAL HUMANO

Os índices de capital humano englobam dois componentes fundamentais: a escolaridade média da população e o retorno da educação – uma medida de quanto o aumento da escolaridade se traduz em ganhos produtivos e que está relacionada principalmente à qualidade do ensino. Como o índice de capital humano comumente empregado na literatura considera um valor fixo para a medida de retorno da educação dos países, sua evolução no tempo reflete essencialmente as variações na escolaridade (Figura 9). Por conseguinte, como na prática a PTF engloba tudo que não for especificamente captado pelas medidas utilizadas de capital físico e humano, as variações na qualidade da educação serão refletidas nela.

Figura 9: Média de Anos de Escolaridade



Nota: População com 15 ou mais anos de idade.

Fonte: Barro-Lee Educational Attainment Data. Análise Oliver Wyman.

A escolaridade no Brasil obteve um avanço nas últimas décadas. Em 1990, ao comparar com ALC, Emergentes, OCDE e EUA, o Brasil apresentava o pior grau de escolaridade: um brasileiro de 15 ou mais anos de idade possuía em média 4,7 anos de estudo, ligeiramente abaixo dos Emergentes (5,3 anos). Outros países da América Latina e Caribe possuíam nível médio de escolaridade de 6,6 anos, da OECD, 9,3 anos e os EUA, um pouco mais de 12 anos. Passadas duas décadas, a escolaridade média brasileira havia crescido 68%, chegando a 7,9 anos em 2010, um incremento de 3,2 anos, o maior entre os grupos e países comparados na análise (Figura 9). Todavia, apesar da média de anos de estudo no Brasil ter superado a dos Emergentes (7,5 anos), ainda se encontrava abaixo da registrada na ALC (8,5 anos) e muito aquém da verificada na OCDE (11,3 anos) e nos EUA (13,2 anos).

Dados do IBGE indicam que a escolaridade também avançou no país em período mais recente.¹⁰ Entre 2007 e 2015, a fração de pessoas com 7 ou menos anos de estudo caiu, enquanto a proporção de indivíduos com 8 ou mais anos de estudo aumentou. Em particular, o grupo com 11 ou mais anos de escolaridade (o equivalente a no mínimo ensino médio completo), que representava 33,6% da população com 25 ou mais anos de idade em 2007, se elevou para 43,7% em 2015.

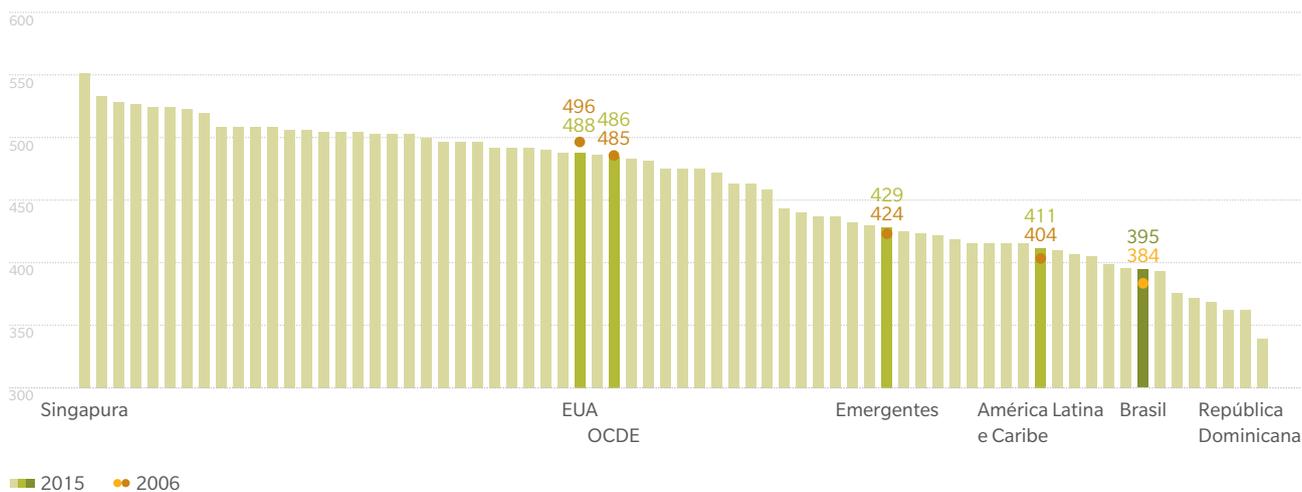
Conforme será mostrado a seguir, uma das explicações para o reduzido crescimento do PIB por trabalhador brasileiro, a despeito do substantivo aumento na média de anos de estudo da população, parece ser a estagnação da qualidade do ensino.

QUALIDADE DO ENSINO

A cada três anos desde 2000, o Brasil aplica os exames do Programa Internacional de Avaliação Escolar (PISA) da OCDE. Na sua última versão, em 2015, o programa avaliou mais de 500 mil adolescentes de 15 anos. As provas foram aplicadas em 72 países e cobrem leitura, matemática e ciências. O PISA é hoje o principal instrumento de comparação da qualidade do ensino entre países.

Em 2000, ano inaugural do programa, o Brasil foi o último colocado de uma amostra de 43 países. Entre 2006 e 2009, o país esboçou uma melhora significativa em sua pontuação, contudo essa tendência não se manteve. Desde então, a nota média dos estudantes brasileiros vem caindo (Figura 11), permanecendo bastante inferior em comparação a dos países desenvolvidos e emergentes (Figura 10). Essa é uma indicação de que a qualidade do ensino não acompanhou o aumento da escolaridade média verificado no país nas últimas décadas. Há evidências, entretanto, de que a qualidade da educação é muito mais importante do que a quantidade de educação para o crescimento econômico.¹¹

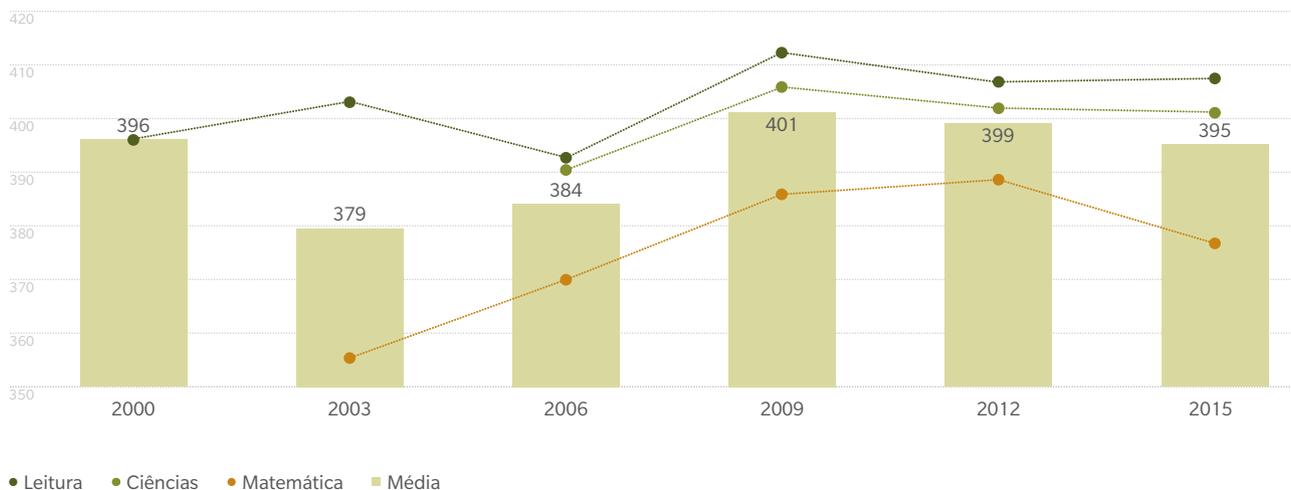
Figura 10: **Qualidade do ensino fundamental**
Média da pontuação no PISA



Nota: Média da pontuação em matemática, ciências e leitura. Dados dos EUA são de 2009, pois a informação para 2006 não está disponível.
Fonte: The Programme for International Student Assessment (PISA), OCDE. Análise Oliver Wyman.

O nível de educação da população é frequentemente identificado como um dos determinantes para o crescimento da produtividade e da renda de um país. Assim como no caso da infraestrutura, a educação – não meramente sua quantidade, mas também sua qualidade – gera impactos mais amplos na sociedade e na economia. Além de permitir que os trabalhadores executem melhor e mais rapidamente suas tarefas, ela facilita a transferência de conhecimento sobre novos produtos, informações e tecnologias. Ela também impulsiona a criatividade, o que amplia a capacidade de inovação.¹² Dessa forma, o nível de educação da população é frequentemente identificado como um dos determinantes para o crescimento da produtividade e da renda de um país. Todavia o mercado de trabalho brasileiro sofre, atualmente, com uma mão de obra que obteve pouca qualificação durante seu período escolar – um aluno de 15 anos em 2000 tem hoje 33 anos.

Figura 11: Resultados do Brasil no PISA



Fonte: The Programme for International Student Assessment (PISA), OCDE.

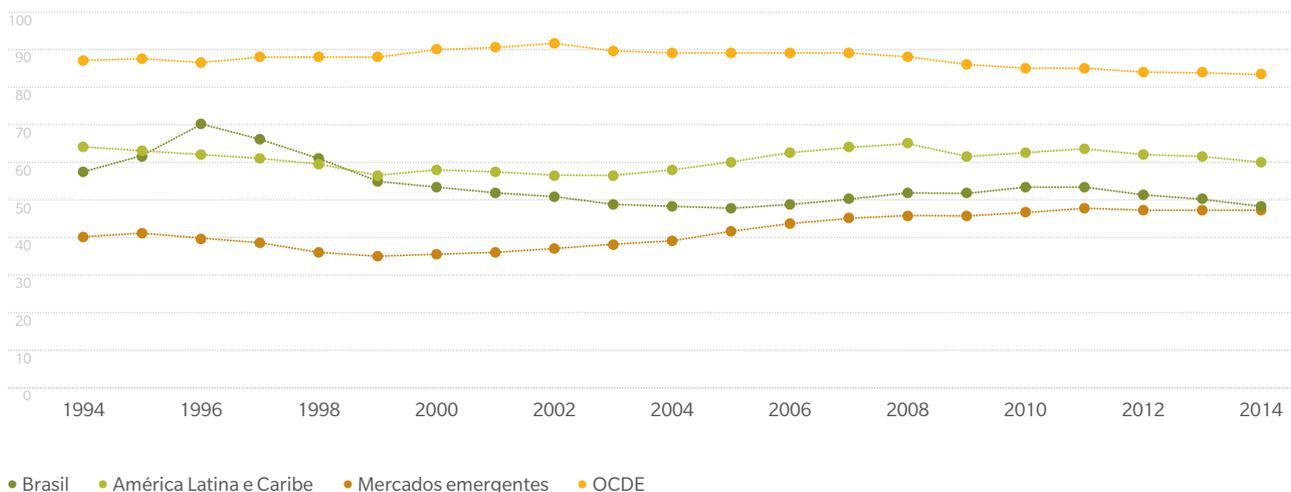
PRODUTIVIDADE TOTAL DOS FATORES

A produtividade total dos fatores (PTF) captura a variação do produto por trabalhador que não é explicada pelo valor do capital fixo ou pela medida de capital humano. Uma PTF baixa e declinante implica que os incrementos em capital físico e humano pouco se reverterão em expansão do nível de produção por trabalhador. Esse parece ser o caso do Brasil.

No país, entre meados das décadas de 1990 e 2010, a PTF caiu de forma acentuada em comparação com a americana, saindo de 69% em 1996 para 48% em 2014 (Figura 12). Nos anos finais da década de 1990, a queda foi acompanhada pelos Emergentes e América Latina. A partir do início dos anos 2000, enquanto a PTF das outras economias comparadas alterou sua trajetória, a brasileira continuou a cair. Na segunda metade da década de 2000, a PTF do país voltou a crescer, mas a partir do início da década de 2010 ela entrou em nova trajetória de queda.

Ao final do período, em 2014, o hiato em relação aos Emergentes havia praticamente desaparecido e a distância do Brasil para a média dos outros países da região se ampliou. Diante do quadro apresentado, a PTF parece ser o fator determinante para explicar estagnação do PIB por trabalhador brasileiro.

Figura 12: **Nível da PTF**
Índice: EUA = 100



Nota: PTF ajustada pela PPP corrente.

Fonte: Penn World tabela 9.0. Análise Oliver Wyman.

DETERMINANTES DA PRODUTIVIDADE TOTAL DE FATORES

Há uma vasta literatura acadêmica nos últimos 20 anos que se dedica a investigar e avaliar os determinantes da PTF.¹³ Além dos fatores já mencionados, como qualidade e adequação da infraestrutura, esta seção seleciona e discute alguns outros fatores com potencial de impacto relevante sobre a PTF no Brasil: ambiente de negócios, eficiência na alocação de crédito e de fatores de produção, gestão empresarial e abertura comercial.¹⁴ Busca-se avaliar o desempenho brasileiro em cada um desses tópicos e destacar alguns dos potenciais ganhos com melhorias nas áreas relacionadas.

A LEI DE FALÊNCIAS

Reformas institucionais alinhadas com melhores práticas elevam a qualidade do ambiente de negócios e estimulam a atividade econômica. Um exemplo recente é a Lei de Falências que entrou em vigor em 2005, substituindo a anterior que datava de 1945.¹⁵ As novas regras incentivaram as firmas em dificuldade financeira a participar de um processo de negociação com seus credores para reestruturar suas dívidas. O sistema de recuperação dessas empresas também se tornou mais rápido e flexível. Como consequência, o número de pedidos de falência caiu pela metade.¹⁶ A nova lei tornou menos custoso o processo de resolução de conflitos entre as firmas e seus credores, o que diminuiu o percentual de firmas em longos processos de concordata, como ocorria com a lei anterior.

A Lei de Falências de 2005 aumentou a proteção dos credores. A taxa de recuperação de créditos em caso de falência que era de meros 0,2% foi ampliada para 12%.¹⁷ Isso reduziu o risco da concessão de empréstimos para empresas, inclusive para as saudáveis financeiramente (pois eventualmente poderiam se tornar insolventes). Como resultado, o custo do capital para as firmas caiu em média 22% e o volume de crédito concedido a elas aumentou 39%.¹⁸ Documentou-se, adicionalmente, uma elevação do acesso a crédito e nível de investimento das empresas que operavam sob varas judiciais de maior eficiência (e que, portanto, teriam capacidade de executar as novas regras de falência de forma mais efetiva).¹⁹

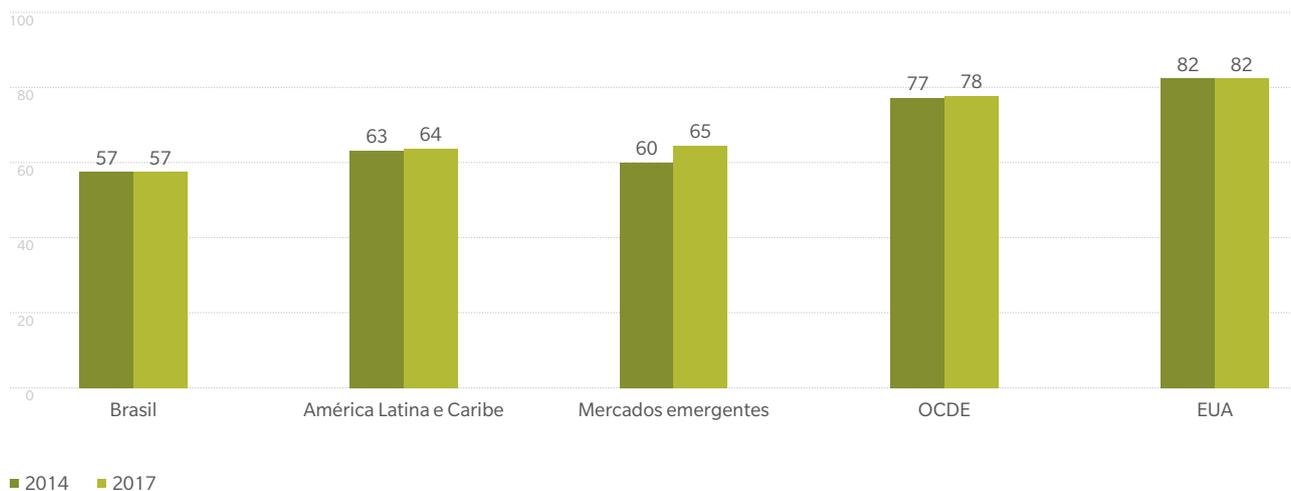
AMBIENTE DE NEGÓCIOS

O ambiente de negócios é definido pelo conjunto de regras e procedimentos aos quais as empresas e trabalhadores estão submetidos. Isso inclui, por exemplo, variáveis que refletem os entraves, custo e tempo necessários para abrir/fechar firmas assim como para mantê-las operando dentro das normas legais.²⁰ Burocracia, velocidade dos trâmites jurídicos, carga de impostos, complexidade das leis trabalhistas e da estrutura tributária são, portanto, alguns itens importantes que impactam o ambiente de negócios e afetam a produtividade e a competitividade das empresas. Pesquisas empíricas documentam um impacto significativo de variáveis relacionadas ao ambiente de negócios sobre a PTF e o nível de produção.²¹

Embora tenha implementado algumas reformas nas últimas décadas, de acordo com a pesquisa Doing Business do Banco Mundial, o Brasil possui um ambiente menos favorável para negócios que seus pares (Figura 13). Em 2017, o país ocupava a 125ª posição do ranking dentre 190 países, enquanto a média dos Emergentes se situava em 85º lugar, ALC em 87º, OCDE em 26º e EUA na 6ª colocação.

Figura 13: Ambiente de negócios

Melhor prática = 100



Nota: Este indicador é a “Distância da fronteira (DTF) do Ease of doing business”. Ele mede a distância de cada economia da “fronteira”, a qual consiste na melhor performance observada em cada indicador para todas as economias na amostra do Doing Business desde 2005. Uma DTF igual a 0 representa a pior performance, e igual a 100, a fronteira. Os valores deste indicador são referentes à metodologia do Doing Business 2016.

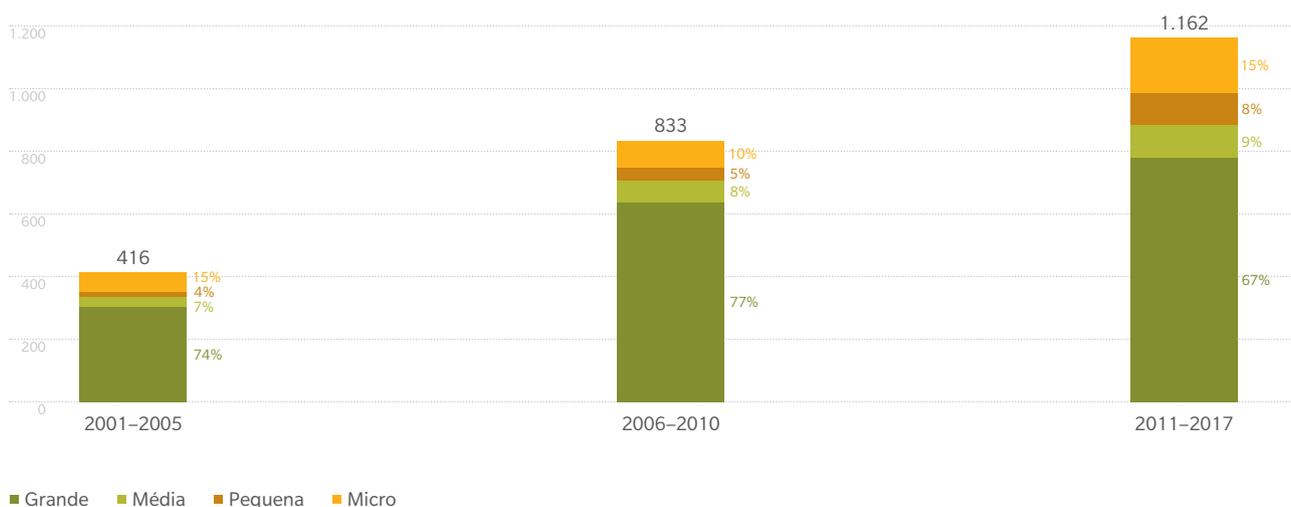
Fonte: Doing Business, Banco Mundial. Análise Oliver Wyman.

Resultados preliminares sugerem que a estagnação do país neste quesito pode ter um custo muito elevado.²² Estima-se que cada 1 ponto de melhora no ambiente de negócios induz um aumento de 238 dólares na produção por trabalhador.²³ Em 2016, o Brasil possuía uma pontuação de 56,9 em seu ambiente de negócios. Baseando-se nesses números, se o país melhorasse seu indicador em 6 pontos, alcançando o patamar dos Emergentes de 62,9 pontos, sua produção aumentaria em aproximadamente 147 bilhões de dólares, com um incremento de 4,7% no PIB por trabalhador e no PIB per capita. Caso o Brasil atingisse o nível de ambiente de negócios do Chile de 71,6 pontos em 2016, sua renda seria elevada em cerca de 361 bilhões de dólares, com uma expansão de 11,6% no PIB por trabalhador e no PIB per capita.

ALOCAÇÃO DE RECURSOS E GESTÃO EMPRESARIAL

Nas economias emergentes, a restrição de crédito é frequentemente apontada como um dos fatores mais limitantes para a inovação, desenvolvimento das empresas e conseqüentemente para o crescimento econômico.²⁴ O crédito, no entanto, deve ser distribuído de maneira eficiente e direcionado aos projetos com maior potencial de retorno para surtir os efeitos econômicos esperados.

Figura 14: Volume de crédito concedido pelo BNDES
Em bilhões de R\$



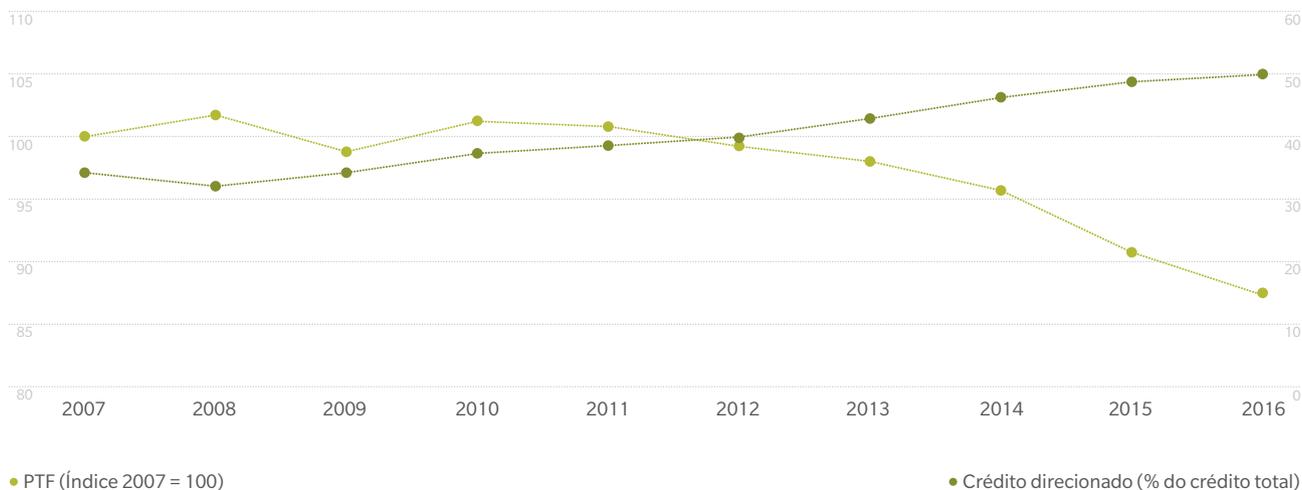
Nota: Para permitir a comparação entre os anos, os valores foram atualizados para janeiro de 2018, utilizando o índice de inflação IGP-DI. As frações podem não somar 100% devido aos arredondamentos.
Fonte: BNDES. Análise Oliver Wyman.

No Brasil, o governo concede anualmente um grande volume de recursos creditícios. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sozinho, desembolsou no período 2011–2017 mais de 1 trilhão de reais em linhas de financiamento (Figura 14). Em 2010, ano de maior desembolso do BNDES nas últimas duas décadas, o banco chegou a emprestar o equivalente a 95,7 bilhões de dólares da época. Isso representa 63% mais do que o valor total dos empréstimos concedidos no mesmo ano pelo Banco Mundial (58,7 bilhões de dólares), para fomentar o desenvolvimento dos países ao redor do mundo.²⁵

Grande parte desse crédito é subsidiado, pois a taxa de juros que o governo cobra dos empréstimos é menor do que a paga por ele na captação de seus recursos (vendendo títulos públicos à taxa Selic, por exemplo). Além de inibir o desenvolvimento do mercado de crédito privado, esse subsídio implica em um elevado custo ao Estado e, em 2015, foi estimado em 1,5% do PIB.²⁶

Além disso, ao serem providos financiamentos com taxas abaixo dos juros de mercado, passa a ser atrativo para as firmas tomar empréstimos para investir em projetos de mais baixo retorno. A Figura 15 revela que a PTF não acompanhou o crescimento do crédito direcionado (crédito subsidiado) dos últimos anos. Pelo contrário, ela caiu.²⁷

Figura 15: Crédito direcionado e PTF no Brasil



Nota: A PTF foi calculada utilizando valores em US\$ de 2016, ajustados pela PPP. A porcentagem do crédito direcionado em 2007 foi calculada excluindo janeiro e fevereiro porque a série disponível se inicia em março no referido ano.

Fonte: Banco Central do Brasil; Total Economy Database, The Conference Board. Análise Oliver Wyman.

De fato, há evidências na literatura de que crédito público brasileiro não induziu um aumento na PTF das empresas beneficiadas.²⁸ Todavia essa ainda é uma questão em debate, pois alguns trabalhos estimam o oposto, impactos positivos sobre a produtividade.²⁹

O efeito dos financiamentos concedidos pelo governo sobre o nível de investimento parece depender do tamanho das firmas. Para as pequenas e médias, estimou-se um impacto positivo. Já para as companhias de capital aberto, não foram detectados efeitos sobre a taxa de investimento ou sobre sua performance, a não ser uma redução de despesas financeiras decorrente do subsídio.³⁰ Conjectura-se que as grandes empresas são as que menos sofrem com restrição de acesso a crédito e isso explicaria a ausência de impacto sobre as mesmas. Todavia as firmas de grande porte são as que mais se beneficiam do crédito subsidiado governamental.

Em síntese, embora a concessão de crédito público subsidiado possa gerar benefícios para algumas empresas e setores, os resultados da literatura apontam ineficiências dessa política, o que torna questionável o elevado gasto do governo com subsídios.

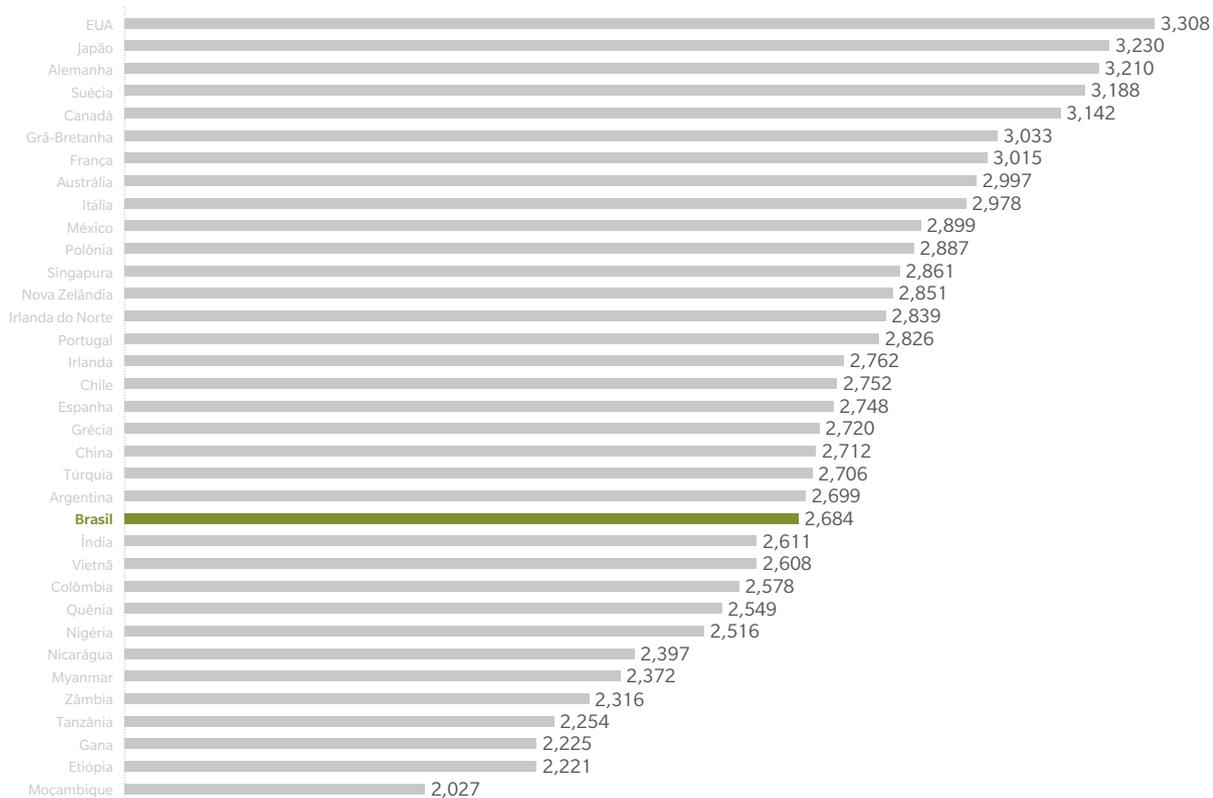
As evidências de má alocação de recursos no país não se resumem ao crédito, também se estendem aos fatores de produção (capital e trabalho). Estudo recente estimou que o setor industrial brasileiro opera com uma taxa de apenas 50% de eficiência produtiva, número inferior ao de países pares como China (entre 67% e 77%), Índia (entre 63% e 71%) e Chile (63%).³¹ Isso implica que, se o capital físico e os trabalhadores fossem realocados de maneira eficiente (sendo distribuídos para as firmas onde teriam sua produtividade maximizada), o Brasil poderia dobrar seu nível de produção industrial.

A qualidade da gestão empresarial, além de ser um fator que pode exacerbar a má alocação de recursos, parece ter um impacto importante sobre a produtividade. Estima-se que cerca de 30% do diferencial da PTF observado entre países e entre as firmas dentro cada país pode ser explicado pelas práticas gerenciais.³²

A World Management Survey (WMS), a mais abrangente pesquisa internacional sobre o tema, avalia a qualidade da gestão de estabelecimentos de mais de 30 países ao redor do mundo. A pontuação conferida pela WMS para as firmas vai de 1 (pior prática) até 5 (melhor prática gerencial). Pelo critério da pesquisa, um estabelecimento de alta qualidade gerencial é aquele que monitora e busca melhorar seus processos com frequência, define metas abrangentes e desafiadoras, promove os funcionários de alto rendimento e corrige aqueles de baixo desempenho (através de novo treinamento, passagem por outras áreas da empresa ou, na ausência de melhora, demissão). Essas práticas visam melhorar o aproveitamento das pessoas e recursos disponíveis às firmas.

De fato, pesquisas empíricas indicam que pontuações de gestão mais elevadas estão associadas a produtividade, tamanho de firma, rentabilidade, valor de mercado e PTF maiores.³³ As empresas brasileiras, todavia, possuem na média práticas gerenciais de baixa pontuação, o que as colocam em posição inferior à de países pares como Argentina, Turquia, China, Chile e México (Figura 16).

Figura 16: Qualidade de gestão empresarial: pontuação média por país
Setor industrial, melhor prática = 5



Nota: Os dados são referentes a pesquisas realizadas entre os anos de 2004 e 2014.

Fonte: Bloom et al. (2016).

ABERTURA COMERCIAL

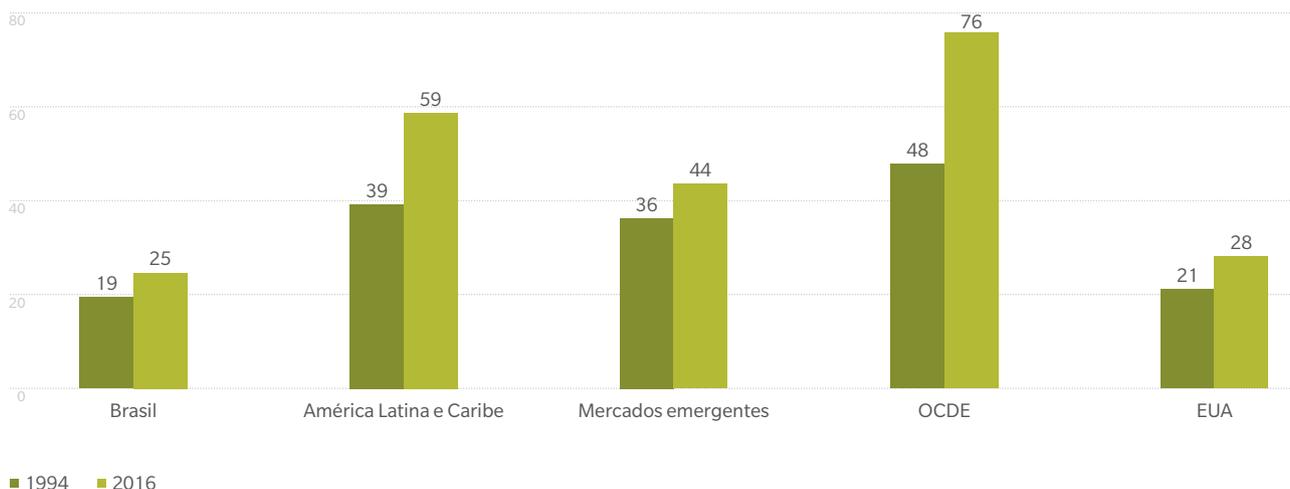
Diversos estudos documentam o efeito positivo que a abertura comercial exerce sobre a produtividade.³⁴ O aumento da inserção de um país na economia global amplia seu acesso a melhores tecnologias de produção, expande a variedade de insumos produtivos disponíveis, reduz o custo de bens intermediários e promove uma elevação da concorrência no mercado doméstico. Isso estimula a inovação tecnológica e aumenta a eficiência produtiva das empresas.

O Brasil, no entanto, possui historicamente uma das economias mais fechadas do mundo e, no período de duas décadas, praticamente não evoluiu nesse quesito (Figura 17). Em 1994, exibiu um grau de abertura comercial, medido pela soma das exportações e importações como fração do PIB, de 19%, o quinto menor do mundo. Em 2016, esse indicador foi ligeiramente maior, 25%, porém relativamente ainda muito baixo, superando apenas Sudão e Paquistão. América Latina e Caribe, por outro lado, registrou em 2016 um número mais do que duas vezes o brasileiro (59%), Emergentes exibiram um valor correspondente a quase o dobro (44%) e OCDE, o equivalente ao triplo (76%).

Estados Unidos, todavia, apresenta valores próximos ao da economia brasileira nesse indicador (Figura 17). Quando se analisam outras medidas de abertura comercial, contudo, observa-se que o fechamento da economia americana e sua semelhança com a economia brasileira são apenas aparentes. Como ilustração, enquanto a tarifa nominal

Figura 17: Comércio exterior

Soma do valor das exportações e importações como % do PIB



Nota: Dados dos EUA são de 2015, pois a informação de 2016 não estava disponível.

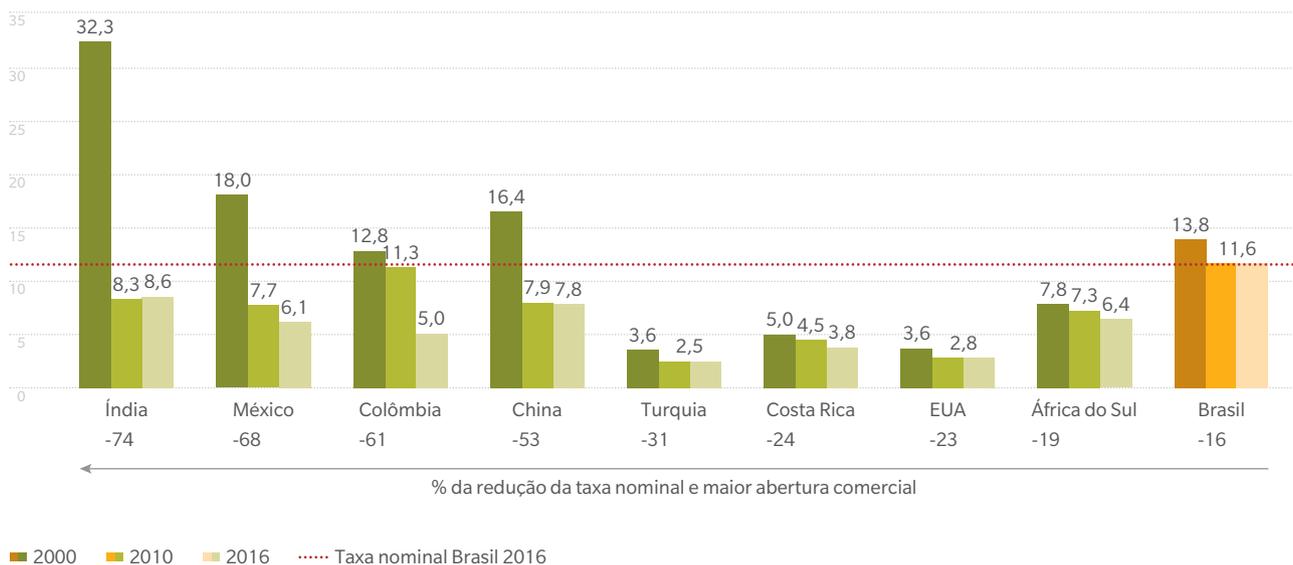
Fonte: World Development Indicators, Banco Mundial. Análise Oliver Wyman

média de importação do Brasil em 2016 foi de 11,6%, a dos EUA correspondeu a 2,8%, cerca de um quarto da brasileira (Figura 18).

Trabalhos específicos para a economia brasileira evidenciam um impacto positivo da redução das barreiras comerciais sobre a PTF das firmas, seja através da aquisição de insumos melhores e mais baratos, seja por meio do aumento da concorrência com as empresas estrangeiras. O ambiente mais competitivo pressiona as firmas a elevarem sua produtividade e força a saída do mercado das mais ineficientes.³⁵

Adicionalmente, estimativas indicam que uma elevação de 1% no nível de abertura comercial dos estados brasileiros (medida como a soma das importações e exportações como percentual do PIB) induziria, após dois anos (pois o efeito é defasado), um aumento médio de 0,09 pontos percentuais na taxa de crescimento do PIB per capita.³⁶ Se em 2016 o país, no agregado, atingisse o grau de abertura comercial dos Emergentes e ALC, isso representaria uma elevação em seu nível de abertura comercial de 77% e 139%, respectivamente. Logo, embora o impacto estimado sobre o crescimento econômico pareça pequeno, quando se considera a defasagem do Brasil em relação aos seus pares, ele se torna bastante relevante. Apesar dos potenciais benefícios da abertura comercial, o país segue com altas tarifas de importação e um número crescente de leis de conteúdo local (Figura 18).

Figura 18: Tarifas nominais médias de importação
Em %



Fonte: Banco Mundial; Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

No Brasil, as mulheres tinham, em média, mais de 6 filhos em 1960, caindo para 1,74 em 2015. Essa mudança alterou a estrutura etária da população brasileira e tem importantes impactos econômicos. A natalidade decrescente aumenta a razão entre a população de adultos e a de crianças e idosos, trazendo benefícios no curto prazo, mas desafios crescentes no longo prazo.

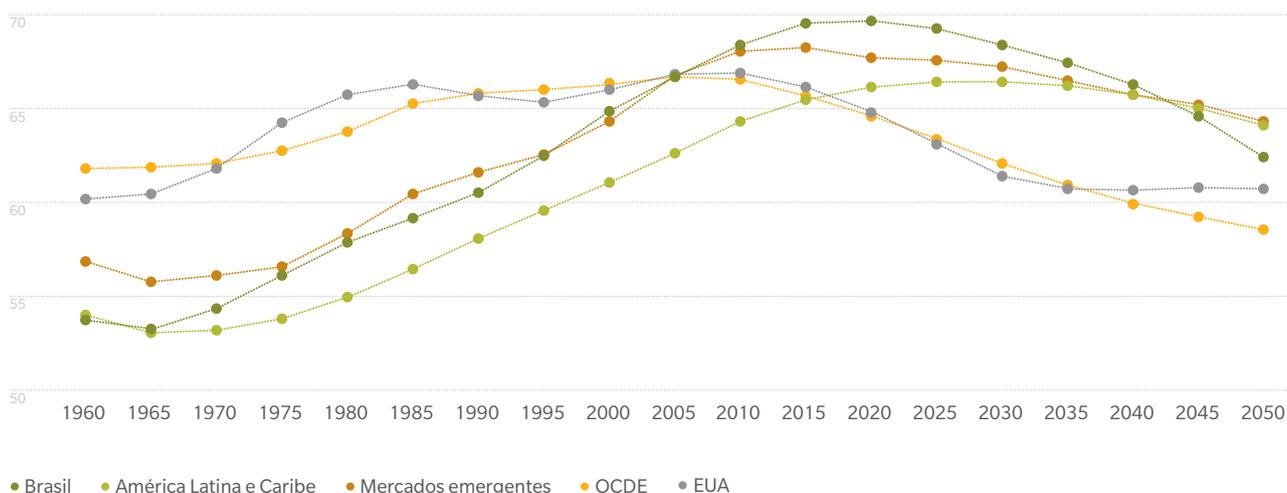
MUDANÇAS NO PERFIL DEMOGRÁFICO

Num primeiro momento, a natalidade decrescente eleva a proporção de pessoas em idade produtiva, fomentando um aumento na renda per capita.³⁷ Por essa razão, esse fenômeno é denominado de bônus demográfico.

Nas últimas décadas, o Brasil, bem como ALC e Emergentes, se beneficiou do bônus demográfico. A fração de pessoas em idade ativa no país, que era de 54% em 1960, avançou para 70% em 2016. No grupo dos países emergentes, esse número expandiu de 57% para 68% e, na ALC, de 54% para cerca de 66%. Nos países desenvolvidos, os ganhos no período foram substancialmente menores, EUA passou de 60% para 66% e OCDE, de 62% para 65%, aproximadamente (Figura 19).

Como o bônus demográfico fornece recursos adicionais aos países beneficiados, ele lhes confere uma oportunidade de promoverem um salto em seu nível de desenvolvimento. O Brasil, entretanto, não aproveitou esses recursos de maneira eficiente. Embora a proporção da população em idade produtiva no país tenha crescido 12% no acumulado das últimas duas décadas (1995–2016), seu PIB per capita cresceu apenas 31%. No mesmo período, OCDE, EUA, Emergentes e ALC obtiveram um bônus demográfico menor, porém cresceram economicamente mais.

Figura 19: População em idade ativa
Em %, como porcentagem da população total



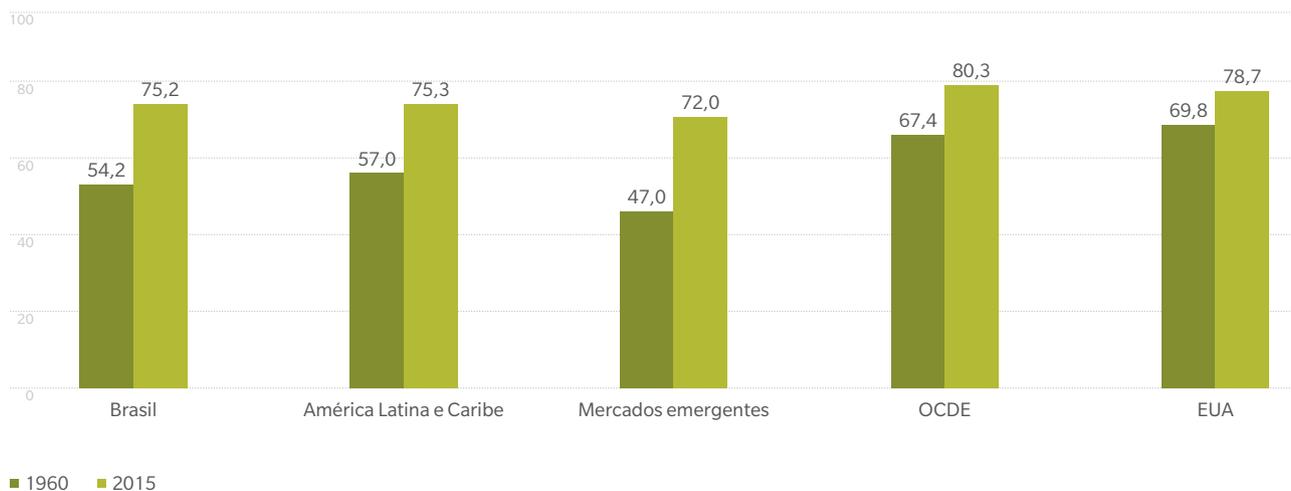
Nota: A população em idade ativa é definida como o conjunto das pessoas teoricamente aptas a trabalhar. Na metodologia do Banco Mundial, ela compreende aqueles indivíduos entre 15 e 64 anos de idade. A partir de 2017, os valores representam projeções.
Fonte: Banco Mundial. Análise Oliver Wyman.

O bônus demográfico é um fenômeno temporário e a fração de pessoas em idade ativa atingirá seu ápice até 2023 no Brasil, quando então passará a decair continuamente pelas próximas décadas, gerando um efeito oposto ao do bônus (Figura 19).³⁸ Assim, se nos últimos 20 anos o país encontrou dificuldades para se desenvolver economicamente, nos próximos 20 anos, elas tendem a ser ainda maiores.

Se, em um primeiro momento, a rápida queda nas taxas de natalidade amplia a proporção de adultos, em momento posterior, esse grupo envelhece e chega à terceira idade. Isso provoca um aumento na razão de dependência de idosos. A elevação da expectativa de vida reforça esse fenômeno e foi observada no mundo como um todo nos últimos 50 anos.

No Brasil, o salto na expectativa de vida entre 1960 e 2015 foi expressivo, o equivalente a 21 anos, ficando acima do verificado na ALC (18 anos), OCDE (13 anos) e EUA (9 anos). Emergentes, todavia, foram os que experimentaram o maior incremento em sua expectativa de vida, 25 anos (Figura 20). Se considerarmos apenas as décadas recentes, o país se destaca ainda mais. Entre 1994 e 2015, a expectativa de vida no Brasil foi ampliada em 8 anos, superando tanto EUA (3 anos) e OCDE (5 anos) como ALC (5 anos) e Emergentes (6 anos).

Figura 20: Expectativa de Vida
Em anos



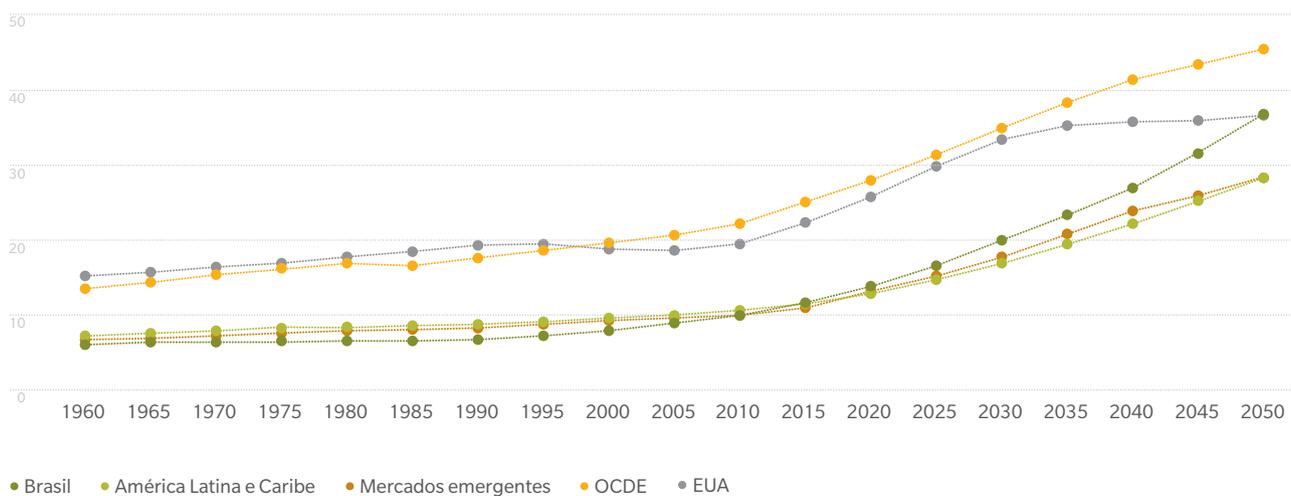
Fonte: World Development indicators, Banco Mundial. Análise Oliver Wyman.

Esse processo de envelhecimento populacional tem sido particularmente acentuado no Brasil e possui impacto direto sobre os gastos com Previdência Social e saúde pública. Em 1960, a razão de dependência de idosos no país era de 5,9%, a mais baixa em relação a tanto EUA e OCDE como Emergentes e ALC. A partir da década 1990, no entanto, esse indicador brasileiro passou a crescer a taxas mais elevadas, chegando ao valor de 12% em 2016, superando ALC e Emergentes.

As projeções indicam que esse número continuará a crescer de forma substantiva e ultrapassará o dos EUA em 2050, atingindo a marca de 37%. Diante disso, o governo brasileiro, que no presente já não possui recursos suficientes para arcar com seu nível de despesas e prover serviços básicos à população, enfrentará um desafio fiscal sem precedentes nas próximas décadas (Figura 21).

Figura 21: Razão de dependência de idosos

Em %, proporção de pessoas com 65 ou mais anos de idade em relação à população em idade ativa



Nota: A partir de 2017, os valores representam projeções.

Fonte: Banco Mundial. Análise Oliver Wyman.

As evidências mostram um Brasil que pouco se destacou nas últimas décadas. Mesmo em momentos que parecíamos colher bons resultados em indicadores como crescimento econômico ou redução da pobreza e da desigualdade, a comparação com os demais países mostra que não fomos muito além dos nossos pares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em particular, nossa renda per capita, um indicador determinante para a qualidade de vida da população, apresentou um avanço pouco expressivo nas últimas duas décadas. Nossa taxa de crescimento foi inferior à observada tanto pelos Emergentes e América Latina e Caribe quanto pelos países desenvolvidos (OCDE e EUA).

As causas para esse reduzido desempenho aparecem na taxa de crescimento da produtividade. Estagnada há décadas, a produtividade no Brasil não cresce por fatores conhecidos, e que precisam ser colocados no foco do debate. Baixa qualidade da educação, apesar dos massivos investimentos públicos nessa área; um ambiente de negócios que premia a burocracia, incentiva o descumprimento de contratos e gera insegurança; a falta de uma agenda de abertura comercial que fomente a competitividade; um mercado de crédito que tem que lidar com um ambiente em que não se compartilha informação, com dificuldades maiores para a execução das garantias em comparação com os demais países e com um volume de crédito subsidiado que por muitos anos tem inibido o desenvolvimento de um mercado privado de crédito e do mercado de capitais. Junte-se a isso um setor público ineficiente, que responde por quase 30% da massa salarial no país, e cuja produtividade certamente pesa muito na estagnação que observamos nos números agregados. A situação se agrava quando analisamos os dados da nossa demografia e nos damos conta que ela vai deixar de ajudar e muito rapidamente irá ser mais um peso sobre a nossa economia.

Esses são os temas que esta Série **PANORAMA BRASIL** visa a discutir. Por que e como chegamos aqui? Onde estão as raízes dos nossos problemas em todas essas áreas? Qual é a situação real e qual a trajetória que seguimos nos últimos anos?

Buscamos evidências e ouvimos pessoas que têm estudado e discutido os temas relevantes para o Brasil há décadas. A sistematização dessas evidências e experiências permite um diagnóstico sobre os desafios da economia brasileira. Nosso objetivo é colaborar com a análise das escolhas que fizemos nas últimas décadas e as possíveis decisões que podemos tomar para que o país possa retomar uma trajetória sustentável de crescimento com melhor distribuição de renda.

A evolução dos indicadores econômicos e sociais de um país não pode ser mais amplamente compreendida sem comparações internacionais apropriadas. Logo, este artigo define quatro economias para a comparação dos dados brasileiros.

APÊNDICE:

NOTAS METODOLÓGICAS

A primeira é constituída pelo grupo de membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A segunda é representada pelos Estados Unidos (EUA). As duas fornecem parâmetros de referência de países desenvolvidos.

A terceira é formada pelos países pertencentes à região da América Latina e Caribe (ALC), de acordo com a classificação do Banco Mundial. A quarta é composta pelos mercados emergentes (Emergentes) – ou seja, países em estágio de transição de subdesenvolvidos para desenvolvidos – segundo o critério da FTSE Annual Country Classification 2017. Em ambas, o Brasil foi excluído da amostra para fins comparativos. Tanto ALC como Emergentes foram empregados na análise por serem pares do Brasil: a primeira, geograficamente, e a segunda, em estágio de desenvolvimento econômico.

Os valores dos indicadores correspondentes a OCDE, ALC e Emergentes foram calculados como a média dos países de cada grupo, sendo considerados todos países com dados disponíveis para o período selecionado. Foram descartados aqueles com dado faltante para algum ano no referido intervalo, a fim de garantir consistência no valor dos indicadores no tempo. Com a finalidade de conferir aos países uma importância proporcional ao seu tamanho, a média desses três grupos de comparação foi construída ponderando-se pela população de cada país.³⁹ Abaixo estão listados os países que compõem cada grupo.

ALC: Antígua e Barbuda, Argentina, Aruba, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Cayman, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Curaçao, Dominica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, São Martinho (parte holandesa), São Cristóvão e Névis, Santa Lúcia, São Martinho (parte francesa), São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Ilhas Turks e Caicos, Uruguai, Venezuela, Ilhas Virgens (EUA).

Emergentes: Chile, China, Colômbia, República Tcheca, Egito, Hungria, Índia, Indonésia, Kuwait, Malásia, México, Paquistão, Peru, Filipinas, Polônia, Federação Russa, África do Sul, Tailândia, Turquia, Emirados Árabes Unidos.

OCDE: Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, República Tcheca, Dinamarca, Estônia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Islândia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Coréia do Sul, Letônia, Luxemburgo, México, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia, Reino Unido, Estados Unidos.

A análise desenvolvida neste artigo concentra-se no período que vai de 1994 até o ano mais atual. O fator que determinou o período efetivamente analisado para cada indicador foi a disponibilidade de dados. No caso dos indicadores de pobreza e desigualdade, em especial, foi preciso restringir o período para se obter países suficientes com dados disponíveis para a construção de médias mais representativas de ALC e Emergentes.

NOTAS

- 1 Ver apêndice com a descrição da metodologia empregada na análise conduzida neste artigo. A amostra de países em todas as figuras pode variar conforme a disponibilidade de dados. O PIB também poderá ser referido no contexto deste artigo como “renda”, “produto” ou “produção”. Dentre os países populosos da América Latina e Caribe, Chile, Peru e Colômbia se destacaram com elevadas taxas de crescimento, enquanto México e Argentina apresentaram taxas um pouco inferiores à do Brasil. Venezuela vive o quadro mais alarmante, sua atual crise política e econômica levou a renda per capita a um nível equivalente ao de 1950
- 2 Uma nota sobre a convenção da linguagem adotada: Como a taxa de crescimento de um ano é sempre com base no ano anterior, no contexto deste artigo é equivalente afirmar, por exemplo, que o crescimento foi de 31% “entre 1994 e 2016”, “de 1994 a 2016” ou “para o período 1995-2016”
- 3 Para os indicadores de pobreza e desigualdade, o foco da comparação será ALC e mercados emergentes. Não havia dados disponíveis de países suficientes para a construção de uma média representativa da OCDE no período. Quanto aos EUA, no período entre 1994 e 2013, seu nível de pobreza extrema situou-se entre 0.7% e 1% e sua desigualdade flutuou entre 40,2 e 41,1
- 4 A “linha da pobreza extrema”, atualmente 1,90 dólares por dia, é o valor estimado pelo Banco Mundial como suficiente para satisfazer as necessidades mínimas do indivíduo
- 5 O índice de Gini é uma medida de desigualdade que varia de 0 (menor desigualdade) a 100 (maior desigualdade). “0” corresponderia a um cenário de igualdade absoluta, com todas as pessoas recebendo exatamente o mesmo rendimento, e “100” representaria o caso de um indivíduo recebendo sozinho toda a renda do país
- 6 Fonte: PNAD Contínua, disponível em: agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/18376-pnad-continua-2016-10-da-populacao-com-maiores-rendimentos-concentra-quase-metade-da-renda.html
- 7 Para mais detalhes sobre os impactos da infraestrutura, ver Sala-I-Martin (2015)
- 8 O Global Competitiveness Index (GCI) rastreia a performance de aproximadamente 140 países em 12 pilares da competitividade. Ele avalia fatores e instituições identificadas pela pesquisa empírica e teórica como determinantes para a melhoria da produtividade, que, por sua vez, é o principal determinante do crescimento de longo prazo e um fator essencial para o crescimento econômico e a prosperidade (tradução livre a partir da descrição fornecida pelo relatório do GCI 2017/2018). Para a construção de seus indicadores, o GCI emprega uma combinação de dados objetivos e questionários executivos
- 9 Conforme documentado por Neto, Conceição e Romminger (2015). Na mesma direção, as pesquisas de Ferreira e Malliagos (1998) e Ferreira (1996) também estimam elevado retorno econômico para investimentos na área de infraestrutura
- 10 Dados disponíveis em: brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao/anos-de-estudo.html
- 11 Barro (2013); Hanushek e Kimko (2000)
- 12 Para mais detalhes sobre educação e seus efeitos, ver resenha de Sala-I-Martin et al. (2015)
- 13 Ver Sala-I-Martin et al. (2015) para um panorama geral sobre os determinantes da produtividade e referências da literatura econômica relacionada
- 14 Em geral, esses fatores podem afetar o PIB por trabalhador não somente via PTF, mas também através de outros canais. Tecnologia e inovação, atividades de rent-seeking, capacidade ociosa e eficiência de escala são exemplos de alguns outros determinantes da PTF
- 15 Para este e outros exemplos de reformas que impactaram positivamente o ambiente de negócios do país, ver Lisboa e Pessoa (2013)
- 16 Araújo e Funchal (2009)
- 17 Araújo, Ferreira e Funchal (2012)
- 18 Funchal (2008)
- 19 Ponticelli (2016)
- 20 Por exemplo, normas tributárias, trabalhistas, sanitárias, técnicas e aduaneiras
- 21 Ver, por exemplo: Crafts (2006); Garicano, Lelarge e Van Reenen (2016); Bah e Fang (2015); Gillanders & Whelan (2014); Acemoglu e Robinson (2013)
- 22 Mation (2014)
- 23 Ver notas da Figura 12 para mais detalhes sobre o indicador de ambiente de negócios usado nesta análise. A medida de PIB por trabalhador utilizada é a mesma apresentada na Figura 4. Nossas estimativas baseiam-se em uma regressão estatística, com dados mais atualizados, empregando a mesma especificação preferencial de Mation (2014)
- 24 Souza e Ottaviano (2017)
- 25 Para o cálculo, a taxa de câmbio média anual e os valores de desembolsos do BNDES foram extraídos do Banco Central do Brasil, e o dado do Banco Mundial foi obtido de seu Relatório Anual de 2010

- 26 Pazarbasioglu et al. (2017). Valores referentes à modalidade “crédito direcionado”, a qual responde por quase a totalidade do crédito subsidiado provido pelo governo. O crédito direcionado é aquele destinado a determinados setores ou atividades, realizados com recursos regulados em lei ou normativos (Lundberg 2011). Ele engloba fundamentalmente o crédito habitacional, o crédito rural e as operações do BNDES
- 27 O gráfico, por si só, apenas constata uma correlação negativa entre as duas variáveis e não necessariamente reflete uma relação de causalidade
- 28 Ribeiro e Nucifora (2017)
- 29 Cavalcanti e Vaz (2017); Souza e Ottaviano (2017)
- 30 Bonomo, Brito e Martins (2015); Lazzarini et al. (2015). Performance refere-se a rentabilidade, valor de mercado, dentre outros indicadores
- 31 Vasconcelos (2017); Hsieh and Klenow (2009); Oberfield (2013)
- 32 Bloom et al. (2016)
- 33 Bloom et al. (2014)
- 34 Kiriyama (2012); Amity e Konings (2007); Estevadeordal e Taylor (2013); Rahardja e Varela (2014)
- 35 Lisboa, Menezes Filho e Schor (2010); Muendler (2004); Hay (2001), Rossi e Ferreira (1999).
- 36 Fraga e Bacha (2013)
- 37 Assumindo um decrescimento na taxa de natalidade mais veloz do que a queda na taxa de mortalidade dos idosos
- 38 Segundo projeção do IBGE, disponível em: agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/15426-ibge-lanca-estudo-metodologico-sobre-mudanca-demografica-e-projecoes-de-populacao-2.html
- 39 Para os indicadores de ambiente de negócios do Doing Business e de infraestrutura do GCI, a população utilizada na ponderação do ano de 2017 foi a de 2016, devido à indisponibilidade dessa informação para o referido ano

BIBLIOGRAFIA

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. Why nations fail: The origins of power, prosperity, and poverty. Broadway Business, 2013.

AMITI, Mary; KONINGS, Jozef. Trade liberalization, intermediate inputs, and productivity: Evidence from Indonesia. *American Economic Review*, v. 97, n. 5, p. 1611-1638, 2007.

ARAUJO, Aloisio; FERREIRA, Rafael; FUNCHAL, Bruno. The Brazilian bankruptcy law experience. *Journal of Corporate Finance*, v. 18, n. 4, p. 994-1004, 2012.

ARAUJO, Aloisio; FUNCHAL, Bruno. A nova lei de falências brasileira: primeiros impactos. *Brazilian Journal of Political Economy/Revista de Economia Política*, v. 29, n. 3, 2009.

BAH, El-hadj; FANG, Lei. Impact of the business environment on output and productivity in Africa. *Journal of Development Economics*, v. 114, p. 159-171, 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Sistema Gerador de Séries Temporais, 2018.

BARRO, Robert. Education and economic growth. *Annals of Economics and Finance*, v. 14, n. 2, p. 301-328, 2013.

BARRO, Robert; LEE, Jong-Wha. A New Data Set of Educational Attainment in the World, 1950-2010. *Journal of Development Economics*, v. 104, p. 184-198, 2013.

BLOOM, Nicholas et al. JEEA-FBBVA Lecture 2013: The new empirical economics of management. *Journal of the European Economic Association*, v. 12, n. 4, p. 835-876, 2014.

BLOOM, Nicholas; SADUN, Raffaella; VAN REENEN, John. Management as a Technology?. NBER Working Paper, No. 22327, 2016.

BONOMO, Marco; BRITO, Ricardo; MARTINS, Bruno. The after crisis government-driven credit expansion in Brazil: A firm level analysis. *Journal of International Money and Finance*, v. 55, p. 111-134, 2015.

CARD, David; KRUEGER, Alan. School quality and black-white relative earnings: A direct assessment. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 107, n. 1, p. 151-200, 1992.

CAVALCANTI, Tiago; VAZ, Paulo Henrique. Access to long-term credit and productivity of small and medium firms: A causal evidence. *Economics Letters*, v. 150, p. 21-25, 2017.

CRAFTS, Nicholas. Regulation and productivity performance. *Oxford Review of Economic Policy*, v. 22, n. 2, p. 186-202, 2006.

ESTEVADEORDAL, Antoni; TAYLOR, Alan. Is the Washington consensus dead? Growth, openness, and the great liberalization, 1970s–2000s. *Review of Economics and Statistics*, v. 95, n. 5, p. 1669-1690, 2013.

FEENSTRA, Robert; INKLAAR, Robert; TIMMER, Marcel. The Next Generation of the Penn World Table. *American Economic Review*, 105(10), 3150-3182, 2015. Disponível em: <www.ggdc.net/pwt>.

FERREIRA, Pedro Cavalcanti. Investimento em infra-estrutura no Brasil: fatos estilizados e relações de longo prazo. *Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE)*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, 1996.

FERREIRA, Pedro Cavalcanti; MALLIAGROS, Thomas Georges. Impactos produtivos da infra-estrutura no Brasil – 1950/95. *Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE)*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 315-338, 1998.

FRAGA, Gilberto Joaquim; BACHA, Carlos José Caetano. Abertura comercial, capital humano e crescimento econômico no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 43, n. 2, 2013.

FUNCHAL, Bruno. The effects of the 2005 Bankruptcy Reform in Brazil. *Economics Letters*, v. 101, n. 1, p. 84-86, 2008.

GARICANO, Luis; LELARGE, Claire; VAN REENEN, John. Firm size distortions and the productivity distribution: Evidence from France. *American Economic Review*, v. 106, n. 11, p. 3439-79, 2016.

GILLANDERS, Robert; WHELAN, Karl. Open for business? Institutions, business environment and economic development. *Kyklos*, v. 67, n. 4, p. 535-558, 2014.

HANUSHEK, Eric; KIMKO, Dennis. Schooling, labor-force quality, and the growth of nations. *American economic review*, v. 90, n. 5, p. 1184-1208, 2000.

HAY, Donald. The Post-1990 Brazilian Trade Liberalisation and the Performance of Large Manufacturing Firms: Productivity, Market Share and Profits. *The Economic Journal*, v. 111, n. 473, p. 620-641, 2001.

HSIEH, Chang-Tai; KLENOW, Peter. Misallocation and manufacturing TFP in China and India. *The Quarterly journal of economics*, v. 124, n. 4, p. 1403-1448, 2009.

KIRIYAMA, Nobuo. Trade and Innovation: Synthesis Report. OECD Trade Policy Papers, No. 135. OECD Publishing, 2012.

LAZZARINI, S. G. et al. What do state-owned development banks do? Evidence from BNDES, 2002–09. *World Development*, v. 66, p. 237-253, 2015.

LISBOA, Marcos; MENEZES FILHO, Naercio; SCHOR, Adriana. The effects of trade liberalization on productivity growth in Brazil: competition or technology? *Revista Brasileira de Economia*, v. 64, n. 3, p. 277-289, 2010.

- LISBOA, Marcos de Barros; PESSOA, Samuel de Abreu. Uma história sobre dois países (por enquanto). In: Inesper Working Paper, Inesper Instituto de Ensino e Pesquisa, 2013.
- LUNDBERG, Eduardo. Bancos Oficiais e Crédito Direcionado - O que diferencia o mercado de crédito brasileiro? Banco Central do Brasil - Trabalhos para Discussão, n. 258, Brasília, 2011.
- MATION, Lucas Ferreira. Comparações internacionais de produtividade e impactos do ambiente de negócios. In: DE NEGRI, F.; CAVALCANTE, L.R.. (Org.). Produtividade no Brasil - Desempenho e Determinantes. Brasília: ABDI/IPEA, 2014, v. 01.
- MUENDLER, Marc-Andreas. Trade, Technology, and Productivity: A Study of Brazilian Manufacturers, 1986-1998. CESifo Working Paper Series, No. 1148, 2004.
- NETO, Carlos; CONCEIÇÃO, Júnia; ROMMINGER, Alfredo. Impacto da Infraestrutura de Transportes sobre o desenvolvimento e a produtividade no Brasil. In: DE NEGRI, F.; CAVALCANTE, L.R.. (Org.). Produtividade no Brasil - Desempenho e Determinantes. Brasília: ABDI/IPEA, 2015, v. 02.
- OBERFIELD, Ezra. Productivity and Misallocation during a Crisis: Evidence from the Chilean Crisis of 1982. Review of Economic Dynamics, v. 16, n. 1, p. 100-119, 2013.
- OECD, PISA: Programme for International Student Assessment. OECD Education Statistics (database), 2018.
- PAZARBASIOGLU, Ceyla et al. Brazil Financial Intermediation Costs and Credit Allocation. World Bank, Washington DC, 2017.
- PONTICELLI, Jacopo; ALENCAR, Leonardo. Court enforcement, bank loans, and firm investment: evidence from a bankruptcy reform in Brazil. The Quarterly Journal of Economics, 2016.
- RAHARDJA, Sjamsu; VARELA, Gonzalo. Nothing to Fear but Fear Itself: Evidence on Imported Intermediates in Indonesia. Economic Premise, World Bank, 2014.
- RIBEIRO, E.; NUCIFORA, A. The impact of subsidized credit on firms' investment and productivity in Brazil: An evaluation of the BNDES FINAME-PSI program". World Bank Working Paper, Washington DC, 2017 (forthcoming).
- ROSSI, José Luiz; FERREIRA, Pedro Cavalcanti. Evolução da produtividade industrial brasileira e abertura comercial. Pesquisa e Planejamento Econômico, vol. 19, n. 1, p. 1-36, 1999.
- SALA-I-MARTÍN, Xavier et al. Drivers of Long-Run Prosperity: Laying the Foundations for an Updated Global Competitiveness Index. In: SCHWAB, K. (Ed.). The Global Competitiveness Report 2015-2016. World Economic Forum, 2015.
- SOUSA, Filipe; OTTAVIANO, Gianmarco. Relaxing credit constraints in emerging economies: The impact of public loans on the productivity of Brazilian manufacturers. International Economics, 2017.
- THE CONFERENCE BOARD. Total Economy Database, 2017.
- VASCONCELOS, Rafael. Misallocation in the Brazilian manufacturing sector. Brazilian Review of Econometrics, v. 37, n. 2, p. 191-232, 2017.
- WORLD BANK. Doing Business, 2017.
- WORLD BANK. World Development Indicators, 2017.
- WORLD BANK GROUP. Population Estimates and Projections, 2017.
- WORLD ECONOMIC FORUM. The Global Competitiveness Index dataset 2007-2017, 2017.

CONTATOS

Ana Carla Abrão | anacarla.abrao@oliverwyman.com | +55 11 5501-1100

Marcos Lisboa | marcos.lisboa@insper.edu.br

Vinicius Carrasco | vncarrasco@gmail.com

SOBRE A OLIVER WYMAN

A Oliver Wyman é uma empresa líder mundial em consultoria de gestão. Com escritórios em mais de 50 cidades em 26 países, a Oliver Wyman combina profundo conhecimento da indústria com expertise especializada em estratégia, operações, gestão de risco e transformação da organização. Os 3.700 profissionais da empresa auxiliam seus clientes a otimizar seus negócios, melhorar suas operações e seu perfil de risco, e acelerar seu desempenho organizacional para aproveitar as oportunidades mais atrativas. A Oliver Wyman é subsidiária integral da Marsh & McLennan Companies (NYSE: MMC), uma equipe mundial de empresas de serviços profissionais que oferecem aos seus clientes consultoria e soluções nas áreas de risco, estratégia e capital humano. Com 65.000 funcionários mundialmente e receitas anuais superiores a US\$ 10 bilhões, a Marsh & McLennan Companies é também a empresa matriz da Marsh, líder mundial na corretagem de seguros e gestão de riscos; Guy Carpenter, líder mundial na prestação de serviços intermediários de riscos e resseguro; e Mercer, líder mundial em consultoria de recursos humanos e serviços relacionados.

SOBRE O INSPER

O Insper é uma instituição independente e sem fins lucrativos dedicada ao ensino e à pesquisa nas áreas de Administração, Economia, Direito e Engenharia. O Insper tem como missão ser um centro de referência explorando complementariedades nessas áreas. Suas atividades de ensino abrangem cursos para todas etapas de uma trajetória profissional. Em seu campus, na Vila Olímpia (SP), oferece desde cursos de Graduação (Economia, Administração e Engenharia) a cursos de Pós-Graduação (MBA, Certificates, Mestrados Profissionais e Doutorado) e de Educação Executiva (programas customizados e de curta e média duração). No âmbito da produção de conhecimento, a Instituição atua por meio de centros de pesquisa que reúnem pesquisadores em projetos visando a produção de conhecimento em políticas públicas (CPP), estratégia (CPE) e finanças (CEFI). A instituição ainda conta com um centro que estimula o empreendedorismo (CEMP). Recentemente, a instituição recebeu a acreditação EQUIS, pela European Foundation for Management Development – EFMD, e passou a pertencer ao seleto grupo de escolas de negócios, menos de 1% no mundo, que possui a Triple Crown (AMBA + AACSB + EQUIS).

Copyright © 2018 Oliver Wyman